



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

e-mail: [segundasecex@tce.mt.gov.br](mailto:segundasecex@tce.mt.gov.br)

**Ofício nº : 51/2024/2ºSECEX**

Cuiabá-MT, 18 de novembro de 2024.

A Suas Excelências, os Senhores:

**CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA**

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

Cuiabá – MT

**ROGÉRIO LUIZ GALLO**

Secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso

Cuiabá-MT

**Com cópia para conhecimento:**

A Sua Excelência o Senhor

**PAULO FARIAS NAZARETH NETTO**

Secretário Controlador-Geral do Estado

Cuiabá-MT

**ASSUNTO : Solicitação de Informações – Processo nº 1921142/2024**

Senhores Secretários,

Considerando que por meio da Portaria TCE-MT nº 118/2024 foi instituída comissão para fiscalização da política de incentivos fiscais estaduais e da gestão da dívida ativa estadual, alusivamente aos últimos cinco anos;

Considerando que compete à comissão de fiscalização requisitar acesso aos sistemas informatizados, informações e documentos necessários à execução dos trabalhos, com fundamento no art. 215 da Constituição Estadual, no art. 36, § 1º da LCE nº 269/07 (LOTCE-MT) e no art. 142 da Resolução Normativa nº 16/2021/TCE- MT;

Considerando a necessidade da coleta de informações adicionais àquelas já prestadas pela SEFAZ e pela SEDEC, pertinentes à política, à gestão e ao controle dos incentivos fiscais no âmbito do Estado de Mato Grosso;





Solicito, para instrução da referida fiscalização, que sejam respondidos de forma escrita os quesitos constantes do **questionário anexo a este ofício (questões adicionais)** no **prazo de 12 dias úteis**, cujas respostas poderão ser encaminhadas diretamente para o e-mail: [banselmob@tce.mt.gov.br](mailto:banselmob@tce.mt.gov.br).

Na resposta a cada quesito, considerar as competências e as práticas administrativas no âmbito do órgão respondente. Caso a competência para implementar as ações de controle objeto de um ou mais quesito não seja de competência do órgão respondente, informar na resposta o órgão competente. Caso seja possível, as respostas aos quesitos podem ser apresentadas em conjunto por meio de um único documento elaborado pela SEFAZ e pela SEDEC.

Por fim, registro que junto ao questionário há um texto explicativo contendo breves justificativas pertinentes aos quesitos formulados que tem por objetivo orientar a equipe responsável por elaborar a resposta a este ofício.

De toda forma, caso haja necessidade de esclarecimentos adicionais, a equipe responsável por prestar a informação pode entrar em contato diretamente com o Auditor Bruno Anselmo Bandeira por meio do celular/whatsapp: (65) 99604-7735.

Por fim, aproveito o ensejo para renovar os meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

*(assinatura digital)*<sup>1</sup>

**Bruno Anselmo Bandeira**

Auditor e Coordenador da Comissão de Fiscalização (Portaria nº 118/2024)

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.





## QUESTÕES ADICIONAIS

### Seção 1: Análise de Equidade

1. Os critérios de concessão dos incentivos fiscais consideram a equidade entre os contribuintes? Justifique.
2. Há indicadores utilizados para medir o grau de equidade alcançado pelos incentivos fiscais? Quais são?
3. Como é tratada a questão de progressividade nos incentivos fiscais? Existem faixas específicas de renda ou setores priorizados?
4. Foram identificados casos em que os incentivos fiscais aumentaram desigualdades regionais ou setoriais? Como essas situações foram tratadas?
5. Quais ferramentas ou mecanismos são usados para monitorar e ajustar potenciais desequilíbrios gerados pelos incentivos fiscais?

### Seção 2: Natureza do Incentivo

6. Como os incentivos fiscais são classificados (compensatório ou incentivador) nos programas PRODEIC, o PRODER, o PROALMAT e o VOE-MT? Quais critérios baseiam essa classificação?
7. Existe algum registro formal ou relatório que documente a natureza de cada incentivo fiscal concedido?
8. Há critérios específicos para definir se um incentivo é compensatório ou incentivador em diferentes setores ou regiões, dentro de cada um dos programas: o PRODEIC, o PRODER, o PROALMAT e o VOE-MT?
9. Foram realizados estudos de impacto social e econômico para justificar a concessão de incentivos fiscais? Se sim, quais os resultados principais referentes ao PRODEIC, o PRODER, o PROALMAT e o VOE-MT?
10. Existem incentivos que não se enquadram claramente em nenhuma dessas categorias? Como são tratados?

### Seção 3: Estimativa do Gasto Tributário

11. Quais parâmetros e variáveis são utilizados para estimar a receita perdida em decorrência dos incentivos fiscais? Utiliza-se o Sistema Tributário de Referência para as estimativas do gasto tributário?
12. Existe uma metodologia padronizada para calcular o custo fiscal dos incentivos? Ela é revista periodicamente?
13. Há diferenças regionais ou setoriais significativas no impacto fiscal dos incentivos? Se sim, como são tratadas?
14. Existe pesquisa sobre as práticas internacionais de análise de gastos tributários? A metodologia utilizada é compatível com tais práticas?
15. Como o Sistema Tributário de Referência é comunicado aos contribuintes e ao público em geral? Ele é facilmente acessível e compreensível?





## Seção 4: Avaliação de Impacto

16. Quais métodos ex-ante são utilizados para prever os impactos dos incentivos fiscais? Esses métodos incluem análise de cenários ou modelagem?
17. Há evidências de que os objetivos propostos pelos incentivos foram alcançados após sua implementação? Apresente exemplos de metodologia utilizada e se ela é escalável.
18. Como são identificados e avaliados os efeitos colaterais ou externalidades (positivas e negativas) dos incentivos fiscais?
19. Os resultados das avaliações ex-post têm gerado alterações ou ajustes nas políticas de incentivos fiscais? Exemplifique.
20. Existe um sistema de governança ou uma equipe dedicada para realizar essas avaliações de impacto?

## Seção 5: Custos e Sustentabilidade

21. Qual a confiabilidade das estimativas de receita perdida devido aos incentivos fiscais? Existem relatórios independentes que validam esses números? Caso positivo, qual o formato destes relatórios?
22. Quais medidas estão sendo tomadas para evitar distorções de mercado ou concentração excessiva de benefícios em determinados setores ou empresas?
23. Há evidências de contribuintes inelegíveis que receberam os benefícios fiscais? Como isso foi identificado e corrigido?
24. O programa de incentivos possui implicações para a sustentabilidade fiscal do estado? Quais são os riscos de médio e longo prazo?
25. Existem procedimentos claros para avaliar e justificar o custo-benefício dos incentivos fiscais antes de sua implementação?

## Seção 6: Potencial de Melhoria

26. Quais mudanças específicas poderiam ser implementadas para reduzir o ônus administrativo dos incentivos fiscais?
27. A simplificação dos critérios de elegibilidade poderia aumentar a adesão de contribuintes elegíveis? Como isso impactaria a eficiência do programa?
28. Há oportunidades de integrar os incentivos fiscais com outros programas ou benefícios para evitar sobreposição e promover maior eficácia?
29. Os incentivos poderiam ser reestruturados para melhor alinhamento com as metas fiscais e de desenvolvimento do estado?
30. Como os setores beneficiados percebem a transparência e eficiência no acesso aos benefícios?

## Seção 7: Métodos de Avaliação

31. Quais métodos qualitativos e quantitativos são empregados atualmente para avaliar os incentivos fiscais?





32. Existe um sistema de coleta e armazenamento de dados que suporte análises robustas e independentes?
  33. Métodos econométricos como DID ou regressão descontínua são utilizados para medir impactos? Se sim, quais são as limitações encontradas?
  34. O estado já aplicou análises de séries temporais interrompidas para avaliar mudanças antes e depois da concessão dos incentivos? Quais foram os resultados?
  35. Há capacidade técnica e recursos suficientes para a aplicação de métodos mais avançados, como modelagem estrutural (CGE, DSGE)? Se não, quais são as lacunas?
  36. As avaliações incorporam elementos de sustentabilidade e coerência com outras políticas públicas? Exemplifique como isso é feito.
- 





## BREVES JUSTIFICATIVAS

### Análise dos Gastos Tributários Estaduais: Fundamentos e Diretrizes

Os gastos tributários, como incentivos fiscais, representam uma redução da arrecadação potencial do governo, constituindo-se em um instrumento indireto para alcançar objetivos econômicos e sociais.

No entanto, para que sejam efetivos e justos, é necessário que sua formulação, execução e avaliação estejam fundamentadas em critérios técnicos sólidos e alinhadas a princípios econômicos, fiscais e sociais.

#### 1. Princípios de Equidade no Sistema Tributário

Um sistema tributário eficiente deve considerar os seguintes aspectos de equidade:

- Contribuintes em situações equivalentes devem estar sujeitos a obrigações similares, respeitando o princípio da igualdade.
- A progressividade deve ser aplicada, de forma que contribuintes com maior renda estejam sujeitos a obrigações mais que proporcionais em comparação aos de menor renda.
- A neutralidade fiscal deve ser preservada, minimizando impactos negativos na alocação de recursos na economia.

Os incentivos fiscais concedidos respeitam esses princípios? Quais critérios orientam sua formulação? É crucial que se analise como tais medidas podem mitigar desigualdades e evitar concentrações excessivas de benefícios.

#### 2. Natureza e Finalidade dos Incentivos Fiscais

Os gastos tributários podem ser classificados em duas categorias principais:

- **Caráter compensatório:** São utilizados para suprir deficiências em serviços ou apoio governamental a populações ou setores produtivos.
- **Caráter incentivador:** Destinam-se a fomentar o desenvolvimento de setores ou regiões específicas.

A definição clara da natureza dos incentivos é essencial para compreender sua justificativa econômica e social. Essa classificação deve ser baseada em critérios transparentes, considerando seus impactos e alinhamento com as metas de desenvolvimento do estado.

#### 3. Estimativa do Gasto Tributário e Sistema de Referência

A estimativa dos gastos tributários exige a definição de um Sistema Tributário de Referência, que, no Brasil, baseia-se na legislação vigente e em princípios como o da legalidade tributária e da reserva legal.





Este sistema serve como parâmetro para identificar e classificar desvios que resultam em gastos tributários.

A metodologia utilizada deve ser precisa e compatível com práticas internacionais, garantindo a confiabilidade das estimativas de receita perdida e a comunicação clara das regras ao público.

#### 4. Avaliação de Impacto e Eficácia

A avaliação de incentivos fiscais deve abranger duas dimensões:

- **Ex-ante:** Permite prever os impactos econômicos e sociais dos incentivos, utilizando métodos como modelagem, cenários alternativos e questionários qualitativos.
- **Ex-post:** Avalia se os objetivos foram alcançados, identificando externalidades positivas e negativas, bem como eficiência em relação a instrumentos alternativos.

As avaliações devem ser conduzidas de forma independente, com base em teorias de mudança que estabeleçam os vínculos causais entre os incentivos e seus resultados esperados.

#### 5. Custos e Sustentabilidade

Os custos fiscais associados aos incentivos precisam ser analisados quanto à sua confiabilidade, impacto na sustentabilidade fiscal e riscos de médio e longo prazo.

Questões como distorções de mercado, concentração de benefícios e acessibilidade dos incentivos para contribuintes elegíveis devem ser monitoradas. Além disso, o programa deve ser estruturado de forma a minimizar efeitos colaterais indesejados e garantir sua compatibilidade com as metas fiscais do estado.

#### 6. Potencial de Melhoria

A análise de incentivos fiscais deve identificar oportunidades de aprimoramento, como:

- Redução do ônus administrativo e simplificação dos critérios de elegibilidade.
- Integração com outros programas e benefícios fiscais para evitar sobreposições.
- Melhor alinhamento com as estratégias fiscais e de desenvolvimento do estado, promovendo maior eficácia e eficiência.

#### 7. Métodos de Avaliação

Métodos robustos de avaliação são fundamentais para garantir a efetividade dos incentivos fiscais. Esses métodos podem incluir:

- Análises qualitativas, como questionários que capturem as experiências dos beneficiários.
- Técnicas quantitativas, como a análise de séries temporais interrompidas e métodos econométricos quase-experimentais (DID, regressão descontínua).





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

e-mail: [segundasecex@tce.mt.gov.br](mailto:segundasecex@tce.mt.gov.br)

- Modelagem estrutural (CGE e DSGE) para avaliar impactos indiretos em longo prazo.

É importante que as avaliações sejam sustentadas por dados confiáveis, governança clara e alinhamento com as políticas públicas, garantindo que os incentivos contribuam para a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico.





---

**Fwd: Resposta a solicitação de documentos para auditoria de Incentivos Fiscais**

---

**De** Controle Interno <controleinterno@sedec.mt.gov.br>

**Data** Qua, 04/12/2024 16:11

**Para** BRUNO ANSELMO BANDEIRA <banselmob@tce.mt.gov.br>

 1 anexo (238 KB)

Resposta a solicitação de documentos para Auditoria de Incentivos Fiscais.pdf;

Boa Tarde!

Segue em anexo a resposta realizada pela Superintendência de Programas de Incentivos da SEDEC, conforme solicitada no Ofício nº 51/2024/2º SECEX, com o objetivo de instruir os trabalhos na fiscalização da política de incentivos fiscais estaduais e da gestão da dívida ativa estadual.

Atenciosamente,

João Carlos de Menezes Teodoro  
Estagiário de Nível Superior/UNISECI  
SEDEC

**Flávia Assis de Souza**  
**Gestora da Unidade Setorial de Controle Interno**  
**SEDEC MT**  
**3613-0094**



Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**OFÍCIO Nº 02272/2024/UNISECI/SEDEC**

**Cuiabá/MT, 04 de dezembro de 2024**

Assunto: Resposta a solicitação de informação Ofício nº 51/2024/2ºSECEX -  
Processo nº1921142/2024

Ao Senhor

**BRUNO ANSELMO BANDEIRA**

Auditor e Coordenador da Comissão de Fiscalização (Portaria nº118/2024)

Considerando o Ofício nº51/2024/2ºSECEX advindo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso que versa sobre a solicitação de informações relativas Processo no 1921142/2024, com o objetivo de instruir os trabalhos na fiscalização da política de incentivos fiscais estaduais e da gestão da dívida ativa estadual.

Encaminha-se a resposta da solicitação supracitada para análise que o caso requer.

Informo que no dia 21/10/2024, foi realizada uma reunião entre a Equipe Técnica da SEDEC (Adoniram, Natalhya, Leandro e a Gestora do Controle Interno da SEDEC) com a Equipe Técnica da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso - SEFAZ/MT. Durante a reunião, ficou definido que cada secretaria seria responsável por responder aos questionamentos pertinentes à sua área de competência. Assim, encaminhamos as respostas referentes aos itens sobre responsabilidade da SEDEC, enquanto os demais questionamentos, de responsabilidade da SEFAZ, serão respondidos em documentos separados.

Atenciosamente,

**CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA**  
SEC DE ESTADO  
GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Classif. documental	111
---------------------	-----



SEDEC OF 1202402272A



Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CI Nº 02592/2024/SPI/SEDEC

Cuiabá/MT, 02 de dezembro de 2024

Ao (À) GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DE  
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

**Assunto:** Resposta a solicitação de documentos para Auditoria de Incentivos Fiscais.

Em atenção à solicitação de Informações advinda do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso sob o Ofício nº 51/2024/2ºSECEX, informamos que no dia 21/10/2024, foi realizada uma reunião entre a Equipe Técnica da SEDEC (Adoniram, Natalhya, Leandro e a Gestão de Controle Interno da SEDEC) com a Equipe Técnica da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso - SEFAZ/MT.

Durante a reunião, ficou definido que cada secretaria seria responsável por responder aos questionamentos pertinentes à sua área de competência.

Assim, encaminhamos as respostas referentes aos itens sob responsabilidade da SEDEC, enquanto os demais questionamentos, de responsabilidade da SEFAZ, serão respondidos em documentos separado.

---

Seção 1: Análise de Equidade

---

**4. Foram identificados casos em que os incentivos fiscais aumentaram desigualdades regionais ou setoriais? Como essas situações foram tratadas?**

**R:** Antes da Lei Complementar nº 631, de 31 de julho de 2019, havia distorções setoriais significativas, uma vez que cada beneficiário tinha percentuais de benefício diferentes, baseando-se nos critérios estabelecidos pela Resolução nº 04/2007/CONDEPRODEMAT. Essa situação resultava em concessões desiguais para empresas de um mesmo setor.

Para corrigir essa disparidade, a Lei Complementar nº 631/2019, introduziu um novo modelo, que passou a considerar a análise de benefícios por setores ou submódulos. Com isso, os percentuais de benefícios foram padronizados de forma isonômica, com base em resoluções específicas aprovadas pelo Conselho Deliberativo dos Programas de Desenvolvimento de Mato Grosso - CONDEPRODEMAT.

**5. Quais ferramentas ou mecanismos são usados para monitorar e ajustar potenciais desequilíbrios gerados pelos incentivos fiscais?**

**R:** De acordo com o Decreto nº 288, de 05 de novembro de 2019 e Decreto nº 316, de 12 de dezembro de 2019, ficou instituído o monitoramento aos beneficiários do PRODEIC, PRODER e PROALMAT, com a exigência de entrega de informações à SEDEC,

Classif. documental: 111



SEDECCIN202402592A



Governo do Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

pertinente ao benefício fruído.

A partir dessa exigência legal a SEDEC anualmente publica o Relatório de Desempenho dos Programas de Incentivos Fiscais: PRODEIC, PRODER e PROALMAT.

---

Seção 2: Natureza do Incentivo

---

**6. Como os incentivos fiscais são classificados (compensatório ou incentivador) nos programas PRODEIC, o PRODER, o PROALMAT e o VOE-MT? Quais critérios baseiam essa classificação?**

**R:** Os incentivos fiscais do PRODEIC, PRODER, PROALMAT e VOE-MT são classificados como incentivadores.

Os critérios de incentivos PRODEIC, PRODER são baseados nos dispositivos constantes da Lei nº 7958/2003 que define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, e tem por objetivo contribuir com a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

No que tange ao PROALMAT e VOE MT os critérios estão expressos respectivamente na Lei nº 6.883, de 02 de junho de 1997 e Lei nº 10.395, de 20 de abril de 2019.

**7. Existe algum registro formal ou relatório que documenta a natureza de cada incentivo fiscal concedido?**

**R:** Conforme respondido linhas acima, a natureza do incentivo PRODEIC, PRODER, PROALMAT e VOE-MT são classificados como incentivadores, portanto, o beneficiário faz a adesão no SISTEMA RCR (SEFAZ) e formaliza o incentivo fiscal pretendido. Mensalmente é publicado no DOE MT a relação dos beneficiários que aderiram conforme cada Programa de Incentivo, tornando-o público.

**8. Há critérios específicos para definir se um incentivo é compensatório ou incentivador em diferentes setores ou regiões, dentro de cada um dos programas: o PRODEIC, o PRODER, o PROALMAT e o VOE-MT?**

**R:** Não há critérios específicos, pois a natureza dos incentivos fiscais é incentivadora e em caráter geral para todas as regiões.

**9. Foram realizados estudos de impacto social e econômico para justificar a concessão de incentivos fiscais? Se sim, quais os resultados principais referentes ao PRODEIC, o PRODER, o PROALMAT e o VOE-MT?**



SEDECCIN202402592A



Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**R:** Sim, atualmente as concessões de incentivos fiscais, definição de percentuais e produtos incentivados, são realizadas através de estudo setorial considerando a demanda do mercado interno, interestadual e externo.

Assim, é realizada a análise da solicitação por entidades que representam o setor, sendo encaminhado posteriormente à Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso - SEFAZ/MT para a realização de impacto na renúncia fiscal, e por fim, deliberado pelo Conselho Deliberativo dos Programas de Desenvolvimento de Mato Grosso - CONDEPRODEMAT, a qual é competente para definir a forma e os critérios para concessão de benefícios fiscais e/ou tratamento diferenciado, bem como para a quantificação dos respectivos percentuais, respeitando os princípios de isonomia entre os contribuintes enquadrados dentro do mesmo segmento econômico, conforme artigo 6º do Decreto nº 288, de 05 de novembro de 2019.

**10. Existem incentivos que não se enquadram claramente em nenhuma dessas categorias? Como são tratados?**

**R:** Não há benefício fora da classificação de incentivador.

---

Seção 4: Avaliação de Impacto

---

**16. Quais métodos ex-ante são utilizados para prever os impactos dos incentivos fiscais? Esses métodos incluem análise de cenários ou modelagem?**

**R:** Os métodos ex-ante utilizados para prever os impactos dos incentivos fiscais envolvem análises internas conduzidas por diferentes órgãos competentes. Quando um setor protocola pedido para aumento de percentual, o Observatório de Desenvolvimento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) realiza uma análise detalhada para verificar se o setor enfrenta uma crise de mercado. Assim, é realizada uma manifestação técnica pela SEDEC e posteriormente é encaminhado a Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ/MT) para elaborar estudos específicos para avaliar o impacto fiscal das mudanças propostas. Esses estudos podem incluir técnicas como análise de cenários ou modelagem econômica, dependendo da complexidade da medida e das informações disponíveis.

**17. Há evidências de que os objetivos propostos pelos incentivos foram alcançados após sua implementação? Apresente exemplos de metodologia utilizada e se ela é escalável.**

**R:** Sim. A metodologia empregada é o RELATÓRIO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS: PRODEIC, PRODER, PROALMAT divulgado anualmente. Através dele, vislumbramos o crescimento escalável dos indicadores analisados desde 2020.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**18. Como são identificados e avaliados os efeitos colaterais ou externalidades (positivas e negativas) dos incentivos fiscais?**

**R:** Os efeitos colaterais ou externalidades, positivas ou negativas, dos incentivos fiscais são identificados por meio de demandas específicas dos setores produtivos, que apontam necessidades e desafios enfrentados em momentos críticos.

Um exemplo disso foi a solicitação de setores econômicos que durante um período de escassez de matéria-prima, como no caso do Arroz com Casca. Nesse contexto, foi concedido o benefício de diferimento de ICMS para aquisição da matéria prima do Exterior ou em outras unidades da Federação, visando atender a necessidade imediata do setor e mitigar impactos negativos na cadeia produtiva.

**19. Os resultados das avaliações ex-post têm gerado alterações ou ajustes nas políticas de incentivos fiscais? Exemplifique.**

**R:** Sim. Recentemente houve alteração na Lei Complementar 631/2019 realizada pela Lei Complementar 798/2024. A exemplo, foi revogada a alínea “e” do art. 9º que previa a fruição do benefício somente teria início no primeiro dia do segundo mês subsequente.

**20. Existe um sistema de governança ou uma equipe dedicada para realizar essas avaliações de impacto?**

**R:** A equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Econômico divulga anualmente RELATÓRIO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS: PRODEIC, PRODER, PROALMAT que demonstram os impactos no Estado de Mato Grosso.

---

Seção 5: Custos e Sustentabilidade

---

**22. Quais medidas estão sendo tomadas para evitar distorções de mercado ou concentração excessiva de benefícios em determinados setores ou empresas?**

**R:** Para evitar distorções de mercado ou a concentração excessiva de benefícios em determinados setores ou empresas, o governo de Mato Grosso adota uma série de medidas de controle e monitoramento, que incluem a limitação de valores e prazos, a diversificação setorial e regional, a transparência nos processos de concessão e a avaliação periódica dos impactos dos incentivos fiscais. Essas ações buscam assegurar que os benefícios fiscais cumpram seu papel de estimular o desenvolvimento sem gerar distorções ou prejudicar a concorrência no mercado.



SEDECCIN202402592A



Governo do Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**25. Existem procedimentos claros para avaliar e justificar o custo-benefício dos incentivos fiscais antes de sua implementação?**

**R:** No Estado de Mato Grosso, existem procedimentos bem definidos para a avaliação e justificativa do custo-benefício dos incentivos fiscais antes de sua implementação. Esses procedimentos incluem análise de viabilidade econômica, impacto fiscal, justificativa estratégica, avaliação de risco e controle externo, todos visando assegurar que os incentivos sejam eficazes e tragam benefícios reais para a economia estadual. Essas medidas ajudam a evitar distorções de mercado e garantem que os incentivos fiscais não sejam concedidos de forma indiscriminada ou prejudicial à competitividade geral do estado.

A exemplo, conforme RELATÓRIO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS: PRODEIC, PRODER, PROALMAT 2023, nos últimos 4 anos a soma da renúncia resultou em R\$ 16.921.133.191,87 enquanto os investimentos atingiram R\$ 58.755.536.209,88, ou seja, diante desse recorte analisado, a cada R\$ 1,00 que o Estado renunciou, houve o investimento de R\$ 3,47. E na análise do ano de 2023, a renúncia que somou em R\$ 4.533.903.947,16 e os investimentos em R\$ 18.005.591.229,03, resultou que a cada R\$ 1,00 que o Estado renunciou, houve o investimento de R\$ 3,97.

---

Seção 6: Potencial de Melhoria

---

**27. A simplificação dos critérios de elegibilidade poderia aumentar a adesão de contribuintes elegíveis? Como isso impactaria a eficiência do programa?**

**R:** Podemos informar que com a alteração realizada pela Lei Complementar nº 631, de 31 de julho de 2019, como uma alternativa mais viável, o credenciamento nos programas de incentivos ( PRODEIC, PRODER, PROALMAT, PORTO SECO e VOE MT), passaram a ser realizados por meio eletrônico, pelo Sistema de Registro e Controle da Renúncia - RCR, o qual possui o mesmo acesso dos demais serviços fazendários. De modo automatizado com senha própria, o beneficiário seleciona os incentivos que pleiteia se credenciar, o próprio sistema consulta a certidão de Débitos junto à SEFAZ e Procuradoria Geral do Estado - PGE, após essa etapa é gerado o Termo de Adesão, que após assinatura eletrônica é devolvida no sistema.

**29. Os incentivos poderiam ser reestruturados para melhor alinhamento com as metas fiscais e de desenvolvimento do estado?**

**R:** A Lei nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, definiu o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, com o objetivo de contribuir para a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.





## Governo do Estado de Mato Grosso

### SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Contendo no Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso os programas (PRODEIC e PRODER).

Em continuidade aos programas relacionados à SEDEC, consta o Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso - PROALMAT, instituído pela Lei nº 6.883, de 02 de junho de 1997, bem como o Porto Seco que é regulamentado pelo Decreto nº 317, de 12 de dezembro de 2019, que é um tratamento diferenciado nas operações de importação do exterior de bens e mercadorias efetuadas por contribuintes do ICMS estabelecidos no Estado de Mato Grosso, desde que o desembaraço aduaneiro seja realizado em recinto alfandegado instalado no território mato-grossense, e o Programa VOE MT, instituído pela Lei nº 10.395, de 20 de abril de 2016.

Assim, com o advento da Lei Complementar nº 631, 31 de julho de 2019, que dispõe sobre a remissão e anistia de créditos tributários, relativos ao ICMS e sobre a reinstituição e revogação de benefícios fiscais, nos termos da Lei Complementar Federal nº 160, de 7 agosto de 2017 e Convênio ICMS 190/2017, houve alterações nos benefícios fiscais relativos ao ICMS, com mudança das Leis nº 7.098, de 30 de dezembro de 1998 e nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, e nas Leis Complementares nº 132, de 22 de julho de 2003, e nº 614, de 5 de fevereiro de 2019.

Com isso, já ocorreram modificações e reestruturação dos programas de incentivos programáticos que passaram a ser regidos pela Lei Complementar nº 631/2019, onde também foi estabelecido um novo regramento de contrapartidas exigidas para os beneficiários dos programas, garantindo mais segurança jurídica, eficiência pública, isonomia e transparência.

---

#### Seção 7: Métodos de Avaliação

---

#### **31. Quais métodos qualitativos e quantitativos são empregados atualmente para avaliar os incentivos fiscais?**

**R:** Com as informações e dados recebidos pelos Relatórios Anuais de Monitoramento, desenvolvemos o Relatório de Desempenho dos Incentivos Fiscais PRODEIC, PRODER e PROALMAT.

#### **32. Existe um sistema de coleta e armazenamento de dados que suporte análises robustas e independentes?**

**R:** A SEDEC está finalizando a criação de um Sistema de Monitoramento para os incentivos fiscais até o final deste ano (2024) e também tem o Sistema RCR (Registro de Controle da Renúncia) de responsabilidade da SEFAZ.

#### **34. O estado já aplicou análises de séries temporais interrompidas para avaliar**



SEDECCIN202402592A



Governo do Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**mudanças antes e depois da concessão dos incentivos? Quais foram os resultados?**

R: Não.

**36. As avaliações incorporam elementos de sustentabilidade e coerência com outras políticas públicas? Exemplifique como isso é feito.**

**R:** Não, atualmente não realizamos estudos que cruzem os incentivos fiscais com outras políticas públicas de forma sistemática, o que demandaria uma visão integrada de governo. Entretanto, é possível que o Estado, em suas avaliações mais amplas, considere elementos de sustentabilidade e coerência com outras políticas, alinhando os incentivos a estratégias governamentais mais abrangentes.

Atenciosamente,

ADONIRAM JUDSON ALMEIDA DE MAGALHAES  
SUPERINTENDENTE  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS DE INCENTIVOS

ANDERSON MARTINIS LOMBARDI  
SECRETARIO ADJUNTO  
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE AGRONEGÓCIOS E INVESTIMENTOS



SEDECCIN202402592A

---

**TCE - Ofício nº 51/2024/2º SECEX - Fiscalização da política de incentivos fiscais**


---

**De** Nilton Paulo Xavier <nilton.xavier@sefaz.mt.gov.br>

**Data** Qua, 18/12/2024 18:53

**Para** BRUNO ANSELMO BANDEIRA <banselmob@tce.mt.gov.br>

**Cc** Claudiane Dezoti <claudiane.dezoti@sefaz.mt.gov.br>; Hugo Fellipe Martins de Lima <hugolima@pge.mt.gov.br>

 5 anexos (2 MB)

Ofício nº 53-2024-2º secex.pdf; INF CONJUNTA Nº 001 2024 UPTÉ UPER CCB R SUCOM SARP SEFAZ.pdf; PROTOCOLO PROVISÓRIO .pdf; Ofício nº 06542 2024 GD SEFAZ.pdf; Ofício nº 51 2024 2º SECEX.pdf;

Prezado Bruno, boa noite.

**ASSUNTO:** Solicitação de Informações – Processo nº 1921142/2024  
Ofício nº 51/2024/2º SECEX (Termo de envio 18/11/2024, 16:15- Anexo)

Trata-se de solicitação de informações e documentos para instaurar o processo de fiscalização da política de incentivos fiscais estaduais e da gestão da dívida ativa estadual, alusivamente aos últimos cinco anos.

Considerando ofício nº 53/2024/2º SECEX (Anexo) que concede prorrogação de prazo para envio das informações solicitadas no ofício nº 51/2024/2º SECEX para o dia 18/12/2024.

Segue, tempestivamente, a Informação Conjunta nº 001/2024-UPTE/UPER/CCBR-SUCOM-SARP/SEFAZ (Anexo) para subsidiar o processo supracitado.

Informo que a referida Informação Conjunta nº 001/2024 foi enviada ao TCE através do ofício nº 06542/2024/GD/SEFAZ - Protocolo Provisório anexo

At.te

Nilton Paulo Xavier

UNISECI / SEFAZ-MT

3617-2156

*Não existe gestão sem controle!*



Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**OFÍCIO Nº 06542/2024/GD/SEFAZ**

**Cuiabá/MT, 18 de dezembro de 2024**

Ao (À) Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE

Assunto: Em resposta ao Ofício nº: 51/2024/2ºSECEX, SID referente ao processo nº 1921142/2024.

Ao Ilustríssimo, Senhor

**Bruno Anselmo Bandeira**

Auditor e Coordenador da Comissão de Fiscalização (Portaria nº 118/2024)

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE

*NESTA*

**CÓDIGO: 1115765**

**Senhor Auditor,**

Em atenção ao ofício em epigrafe, encaminho, anexa, a manifestação desta Secretaria, conforme disposto na **INFORMAÇÃO CONJUNTA Nº 001/2024-UPTE/UPER/CCBR/SUCOM/SARP/SEFAZ**, elaborada, respectivamente, pela Unidade de Política Tributária Estadual - UPTE, Unidade de Pesquisa Econômica e Análise da Receita - UPER, Coordenadoria de Controle de Comércio Exterior Benefícios e Regimes Especiais - CCBRE e Superintendência de Controle e Monitoramento - SUCOM, vinculada à Secretaria Adjunta da Receita Pública - SARP, com o objetivo de prestar as informações solicitadas.

No que tange às competências regimentais desta Secretaria, foram respondidos os itens 1, 2, 3, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 23, 24, 26, 28, 30, 33 e 35, sendo os demais itens do referido ofício de responsabilidade da SEDEC.

Classif. documental	111
---------------------	-----



SEFAZOFI202406542A



Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Informo que o documento acima descrito está organizado e disponível por meio de link no Google Drive (<https://drive.google.com/drive/folders/1aoFk46oKQY-a9r4V15jTKwWd-M-Zf1Bu>) e compartilhados com o endereço de e-mail sugerido no ofício supramencionado ([banselmob@tce.mt.gov.br](mailto:banselmob@tce.mt.gov.br)).

Atenciosamente,

ROGERIO LUIZ GALLO  
SEC DE ESTADO  
GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DE FAZENDA



Assinado com senha por ROGERIO LUIZ GALLO - 18/12/2024 às 17:50:36.  
Documento Nº: 23394210-7315 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23394210-7315>





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

INFORMAÇÃO CONJUNTA nº 001/2024 –UPTE/UPER/CCBR-SUCOM –SARP/SEFAZ

INTERESSADO:	Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT)
PROCESSO:	SEFAZ-PRO-2024/11732 Ofício nº 51/2024/2º SECEX (Processo nº 1921142/2024)
ASSUNTO:	Solicitação de informações adicionais para instrução de trabalhos da comissão instituída para fiscalização da política de incentivos fiscais e gestão da dívida ativa estadual (Portaria TCE-MT nº 118/2024)

**Do assunto:**

Trata-se de informação elaborada em atendimento à demanda recebida da UERP/SARP, via despacho nº 25033/2024/UERP/SEFAZ (SIGADOC), que encaminha o processo SEFAZ-PRO-2024/11732, relativo à solicitação de informações adicionais pertinentes à política, à gestão e ao controle dos incentivos fiscais no âmbito do Estado de Mato Grosso, requeridas pela comissão constituída pela Portaria nº 118/2024, por meio do Ofício nº 51/2024/2ª SECEX.

Coube à UPTE e UPER responder, no âmbito de suas competências regimentais aos itens 1, 2, 3, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 23, 24, 26, 28, 30, 33, 35 e à SEDEC os demais itens requeridos no Ofício.

**Da Informação:**

**Seção 1: Análise de Equidade**

**01 - Os critérios de concessão dos incentivos fiscais consideram a equidade entre os contribuintes? Justifique.**

É possível afirmar que os critérios de concessão dos incentivos fiscais consideram a equidade entre os contribuintes, cabendo considerar, inicialmente, que a concessão de incentivos fiscais é constitucionalmente admitida como medida destinada a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País. Essa política é adotada como um dos principais instrumentos para superar os desafios competitivos que muitas regiões enfrentam em um território de dimensões continentais como o brasileiro.

Em Mato Grosso, a concessão de incentivos fiscais exerce importante papel para viabilizar a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas e objetiva ampliar investimentos, promover a renovação tecnológica das estruturas produtivas e viabilizar o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda.





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Deve-se acrescentar que, por meio do estímulo fiscal, o Estado atua como indutor da atividade econômica, contribuindo não apenas para a atração, mas para a manutenção das empresas nos municípios mato-grossenses, colaborando para a correção de falhas de mercado inerentes ao sistema econômico e que poderiam implicar na diminuição do nível de emprego e da renda das famílias.

Nesses termos, a melhoria do ambiente de negócios atrai investimentos e estimula a criação e preservação de postos de trabalho e, através da ampliação da renda disponível, fomenta a produção local e a expansão da demanda agregada, contribuindo para o crescimento econômico. Esse crescimento, por sua vez, repercute na ampliação da base tributária e, por conseguinte, na arrecadação de impostos.

É importante mencionar que, anteriormente à edição da Lei Complementar nº 631/2019, a Lei nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, que instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso – PRODEIC, previa uma série de critérios à fruição e ao cálculo do percentual dos benefícios que concorriam para a vigência de percentuais diferentes para produtos similares e empresas do mesmo setor, o que incorria em distorções competitivas em afronta ao princípio da livre concorrência, definido no art. 170, inciso IV, da Carta Política de 1988.

A Lei Complementar nº 631/2019, inovou ao conferir tratamento equitativo aos beneficiários dos programas de desenvolvimento mato-grossenses. A edição do normativo amparou-se nas seguintes premissas:

- ✓ não ampliar benefícios fiscais vigentes;
- ✓ reinstaurar benefícios fiscais, nos termos da Lei Complementar (federal) nº 160/2017;
- ✓ incentivar o adimplemento tempestivo;
- ✓ buscar o equilíbrio fiscal, com aumento da arrecadação;
- ✓ conferir segurança jurídica aos contribuintes em virtude de questionamentos judiciais, inclusive através de ADI;
- ✓ simplificar os métodos de apuração do ICMS, dentro dos modelos definidos no ordenamento jurídico vigente no País;
- ✓ possibilitar a objetividade no acesso do contribuinte aos benefícios dos Programas instituídos no Estado para desenvolvimento econômico;
- ✓ assegurar a isonomia na fruição de benefício fiscal para cada segmento econômico;
- ✓ assegurar ao contribuinte optante pelo Simples Nacional tributação efetiva nos moldes do Regime prescrito na Lei Complementar (federal) nº 123/2006;
- ✓ adotar medidas que confirmem competitividade ao comércio atacadista e varejista local, especialmente em relação às políticas tributárias praticadas em Estados vizinhos;
- ✓ não comprometer as finanças estaduais.

Nesses termos, o normativo simplificou o processo de adesão, que passou a ser eletrônico, e disciplinou tratamento isonômico em relação aos critérios de acesso e aos produtos e percentuais de fruição, que passaram a ser definidos em resoluções do Conselho



SEFAZDICT202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Deliberativo dos Programas de Desenvolvimento de Mato Grosso - CONDEPRODEMAT, conforme dispõe o caput do art. 27 da Lei Complementar nº 631/2019:

Art. 27 O Conselho Deliberativo dos Programas de Desenvolvimento de Mato Grosso - CONDEPRODEMAT é órgão deliberativo competente para estabelecer, em caráter geral, respeitados os limites fixados nesta Lei Complementar, os critérios para a concessão de benefícios fiscais, definindo, mediante a observância de parâmetros uniformes e isonômicos, a distribuição dos percentuais de benefício fiscal do ICMS a serem atribuídos em cada hipótese. (Grifo nosso)

Como reforço, o artigo 28 do referido normativo é taxativo ao vedar a concessão de benefício individualizado, por ato específico:

Art. 28 Fica vedada a concessão, mediante a celebração de ato específico, de benefício fiscal em caráter não geral.

Sendo assim, os percentuais dos benefícios foram uniformizados, alcançando todos aqueles que se proponham a exercer atividade industrial em território mato-grossense, e que respeitem a pontualidade no recolhimento de seus impostos.

Importante mencionar que, em relação ao acesso, a Lei Complementar nº 631/2019 elegeu a regularidade fiscal como condicionante basilar à fruição, devendo o contribuinte observar ainda os seguintes requisitos:

- I - observância dos limites fixados nesta Lei Complementar e, se for o caso, em resolução do CONDEPRODEMAT;
- II - recolhimento do ICMS devido a cada mês no prazo de vencimento fixado na legislação tributária;
- III - efetivação dos recolhimentos das contribuições aos Fundos Estaduais, conforme disposição específica do Programa, se for o caso;
- IV - registro do valor do benefício fruído, em cada mês, no campo próprio da Escrituração Fiscal Digital - EFD do estabelecimento beneficiário;
- V - manutenção da regularidade fiscal pelo beneficiário.

Outrossim, com o objetivo estratégico de promover o desenvolvimento econômico e social, a própria Lei nº 7.958/2003 elegeu em seu art. 8º os setores prioritários ao alcance desse objetivo, tendo considerado a relevância e a importância das cadeias produtivas para o Estado de Mato Grosso, a verticalização do processo industrial e o alcance social:

- I - Prodeic Investe Mato Grosso, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial por meio de investimentos na forma de



SEFAZDIC202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ampliação, revitalização e modernização de unidades existentes ou criação de plantas industriais;

II - Prodeic Investe Confecção Mato Grosso, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial, a agregação de valor às matérias-primas oriundas da cadeia produtiva do algodão, de origem mato-grossense;

III - Prodeic Investe Madeira Mato Grosso, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial, a agregação de valor às matérias-primas oriundas da cadeia produtiva da madeira, de origem mato-grossense;

IV - Prodeic Investe Trigo Mato Grosso, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial, a agregação de valor às matérias-primas oriundas da cadeia produtiva do trigo;

V - Prodeic Investe Couro Mato Grosso, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial, a agregação de valor às matérias-primas oriundas da cadeia produtiva do couro;

VI - Prodeic Investe Mato Grosso Biocombustíveis, com o objetivo de estimular a produção e o consumo do biocombustível, e seus subprodutos, derivados de matéria-prima oriunda da agropecuária mato-grossense;

VII - Prodeic Investe Mineração Mato Grosso, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial, a agregação de valor às matérias-primas oriundas da cadeia produtiva mineral mato-grossense;

VIII - Prodeic Investe Laticínios Mato Grosso, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial, a agregação de valor às matérias-primas oriundas da pecuária leiteira mato-grossense;

IX - Prodeic Investe Energias Renováveis Mato Grosso, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial, incentivar a produção e o consumo de energia elétrica proveniente de fontes renováveis;

X - Prodeic Investe Reciclagem Mato Grosso, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial sustentável, a preservação do meio ambiente e incentivar a utilização de matéria prima e o consumo de produtos reciclados;

XI - Prodeic Investe Frigoríficos de Suínos Mato Grosso, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial, verticalização e agregação de valores aos produtos utilizados na cadeia produtiva de carne suína de Mato Grosso;

XII - Prodeic Investe Cervejas e Chopes artesanais, com objetivo de promover o desenvolvimento industrial, incentivar a produção e agregação de valores aos insumos utilizados na cadeia produtiva da cerveja e do chope de Mato Grosso;



SEFAZ/DIC/2024/35256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

XIII - Prodeic Investe Artigos Ópticos, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial, a agregação de valor aos insumos utilizados na indústria de artigos ópticos mato-grossense;

XIV - outros submódulos de interesse estratégico para o desenvolvimento industrial do Estado de Mato Grosso, a serem definidos pelo CONDEPRODEMAT, mediante avaliação dos indicadores de resultados e posterior aprovação.

Diante disso, torna-se evidente que os princípios de equidade, objetividade, racionalização e isonomia foram fundamentais na definição dos critérios de concessão dos benefícios fiscais programáticos mato-grossenses.

**02 - Há indicadores utilizados para medir o grau de equidade alcançado pelos incentivos fiscais? Quais são?**

Tendo em vista que a Lei Complementar nº 631/2019 instituiu critérios isonômicos para o acesso e à fruição do benefício, não consistindo em vedação ao acesso dos contribuintes elegíveis, não se propugna a instituição de indicadores de mensuração do seu alcance.

**03 - Como é tratada a questão da progressividade nos incentivos fiscais? Existem faixas específicas de renda ou setores priorizados?**

Pode-se dizer que a observância ao princípio da progressividade foi tratada no âmbito da lei instituidora dos programáticos, que elencou os setores prioritários ao desenvolvimento do estado. Além disso, na definição dos percentuais de benefícios foram adotados os preceitos insculpidos no art. 19 da Lei Complementar nº 631/2019:

Art. 19 Na definição dos critérios e quantificação dos respectivos percentuais, para fins da edição da resolução exigida no § 1º do artigo 18, o CONDEPRODEMAT deverá observar o que segue:

I - os benefícios fiscais terão como limites máximos:

a) operações internas: redução de base de cálculo de até 85% (oitenta e cinco por cento) do valor da operação e/ou crédito outorgado no percentual de até 85% (oitenta e cinco por cento) aplicado na forma indicada no inciso I do § 1º do artigo 11;

b) operações interestaduais: crédito outorgado no percentual de até 90% (noventa por cento), aplicado na forma indicada no inciso I do § 1º do artigo 11.

(...)



SEFAZDIO202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Os percentuais de benefício são definidos em resoluções do CONDEPRODEMAT e consideram, em especial, a agregação de valor e o potencial de dinamização da economia estadual.

É importante considerar, contudo, que o ICMS é classificado como tributo indireto, que se caracteriza pela natureza regressiva em relação à renda total. A incidência uniforme da alíquota sobre o valor da operação, independentemente da capacidade econômica do contribuinte, acarreta uma carga tributária desproporcionalmente maior para os indivíduos de menor renda. Isso ocorre porque esses indivíduos, em geral, destinam uma parcela significativamente maior de sua renda ao consumo, tornando-os mais suscetíveis aos efeitos regressivos do imposto.

Tal regressividade é mitigada por uma imposição de alíquotas menores sobre os bens básicos ou ainda pela concessão dos benefícios fiscais. Isso se reflete fortemente na **condução da política tributária estadual, ao primar pela instituição de benefícios fiscais não programáticos sobre a comercialização de produtos e bens** essenciais, como, por exemplo, os produtos da cesta básica, carnes, medicamentos e máquinas agrícolas e industriais.

No caso dos benefícios programáticos, a desoneração, ao contribuir com a redução do custo dos bens e mercadorias, repercute sobre a redução dos preços ao consumidor, ainda que esse não seja um objetivo expressamente estabelecido na lei instituidora desses benefícios. Como ilustrativo, mencionam-se os submódulos do PRODEIC, destinados a incentivar a produção de carnes, laticínios, produtos de panificação e etanol.

### Seção 3: Estimativa do Gasto Tributário

**11 - Quais parâmetros e variáveis são utilizados para estimar a receita perdida em decorrência dos incentivos fiscais? Utiliza-se o Sistema Tributário de Referência para as estimativas do gasto tributário?**

Para o cálculo de impacto na arrecadação em decorrência da instituição dos incentivos fiscais utiliza-se o método do potencial de arrecadação do tributo, comparado ao potencial de arrecadação do tributo com a vigência do incentivo fiscal. Isto é, estima-se o que seria arrecadado sem o incentivo e compara-se ao que que pode ser arrecadado com o incentivo implantado.

Para isso, leva-se em consideração o incentivo em si, se este é redução de base de cálculo, redução de alíquota, concessão de crédito presumido/outorgado, ou isenção. A partir das variáveis, faturamento tributável, alíquota (com e sem incentivo), base de cálculo (com e sem incentivo) ou percentual de crédito presumido/outorgado, calcula-se o potencial de arrecadação com e sem incentivo. A diferença entre arrecadações potenciais com e sem incentivo é o impacto na receita.

O Sistema Tributário de Referência é utilizado para a estimativa do Gasto Tributário, com a observação que a legislação tributária, principalmente do ICMS, é complexa de tal forma



SEFAZDICT202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

que diferentes produtos e setores podem ter regras tributárias específicas, que precisam ser devidamente consideradas quando da realização do cálculo.

**12 - Existe uma metodologia padronizada para calcular o custo fiscal dos incentivos? Ela é revista periodicamente?**

Em consonância com o discorrido no item 11, a metodologia consiste em estimar o valor do imposto com alíquota modal nominal; estimar o valor do imposto com alíquota reduzida ou benefício proposto e aferir a diferença entre os dois cálculos. Ressalta-se que este modelo conceitual pode ser denominado perda de arrecadação (ex-post) e é o método de cálculo mais disseminado entre os países da OCDE, conforme consta no Relatório Metodologia de Cálculo dos Gastos Tributários, da Receita Federal.

Em relação às revisões metodológicas, o método em si é bastante sedimentado na Sefaz, que atua constantemente para o aperfeiçoamentos da captura dos dados utilizados como insumos para essas análises, cabendo ressaltar o controle realizado através do RCR, mediante o qual, tem-se buscado melhorar também o histórico de quantificação dos benefícios, o que possibilita evoluir na projeção do incentivo e seu cálculo. O constante aprimoramento do processo de monitoramento e notificação dos contribuintes para que registrem corretamente suas operações também é um fator que cabe ser mencionado.

Atualmente está sendo desenvolvida uma evolução dos códigos de mensuração dos benefícios para se buscar ter um controle mais efetivo por item de submódulo, de forma que a identificação dos produtos que estão recebendo maiores incentivos será precisa, bem como os impactos na fruição dos benefícios de acordo com as variações no comportamento econômico destes produtos.

**13 - Há diferenças regionais ou setoriais significativas no impacto fiscal dos incentivos? Se sim, como são tratadas?**

A Legislação Tributária de modo geral não faz distinção regional. Apenas em relação a produtos e setores. Podem ocorrer concessão de benefícios regionais, mas é exceção. Desta forma as diferenças de impacto fiscal mais comuns são entre produtos e setores produtivos.

**14 - Existe pesquisa sobre as práticas internacionais de análise de gastos tributários? A metodologia utilizada é compatível com tais práticas?**

A SEFAZ utiliza a literatura e boas práticas internacionais como referência para suas análises, conforme evidenciam as iniciativas abaixo.

Conforme destacado no Relatório Metodologia de Cálculo dos Gastos Tributários, da Receita Federal, a literatura internacional especializada (CIAT, BID, OCDE) classifica a





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

mensuração dos Gastos Tributários em três tipos, quais sejam: Gasto Tributário equivalente, Ganho de arrecadação (ex-ante) e Perda de arrecadação (ex-post).

O primeiro método - Gasto Tributário equivalente - consiste na apuração do montante de recursos que seria necessário para substituir o Gasto Tributário por um subsídio ou por uma transferência e alcançar os mesmos objetivos atingidos por este, mantendo-se o mesmo nível de bem-estar e sem afetar a situação orçamentária do Estado.

A segunda metodologia - Ganho de arrecadação - considera o comportamento dos agentes econômicos que, diante da majoração da tributação, alteram suas preferências, afetando suas decisões sobre consumo, poupança, investimento e oferta de trabalho. Nesses termos, conforme destaca o órgão, a eliminação de um benefício que reduz a tributação de determinado bem pode induzir o contribuinte a alterar seu comportamento, migrando seu consumo para outros bens que ainda permanecem desonerados, reduzindo o consumo do bem onerado ou mesmo evadindo parte do tributo a maior.

Para a análise da alteração do comportamento dos contribuintes é necessário o conhecimento das elasticidades das bases imponíveis às alterações na tributação. Como essas informações não são facilmente encontradas, a adoção deste método se torna mais limitada.

Por fim, a terceira metodologia - **Perda de arrecadação (ex-post)** – é o método de cálculo mais utilizado entre os países da OCDE e consiste na apuração da perda de arrecadação decorrente da imposição de uma regra desonerativa. Em síntese, simula uma tributação normal sobre o volume das operações desoneradas que efetivamente ocorreram, ou esperadas para o futuro, mantendo os demais fatores constantes. Por definição, não leva em consideração as alterações de comportamento dos contribuintes.

No âmbito das análises e processos da Sefaz, adota-se a metodologia de Perda de arrecadação, tendo em vista que esse método possibilita a visualização dos montantes totais de recursos públicos efetiva ou potencialmente despendidos com as políticas de incentivo.

A literatura internacional também foi adotada como referência na revisão, pela SEFAZ, da metodologia de estimação do gap tributário do ICMS.

A metodologia de análise da receita pública até 2018, utilizada pela SARP/SEFAZ-MT, considerava um grupamento por Segmentos Econômicos a partir de um conceito misto pela Ótica de Cadeia Produtiva e Ótica de Produto. Essa metodologia, adotada em março de 2001 e atualizada em 2016, tomava como referência a dinâmica da base produtiva do Estado em sintonia com a abordagem adotada pelo Governo do Estado em sua Política de Desenvolvimento Regional e com o modelo de gestão da SEFAZ/MT (padronização do Sistema de Administração Tributária), o que permitia maior eficácia na projeção e acompanhamento da receita do ICMS. Os Segmentos Econômicos eram: Algodão, Arroz, Atacado, Bebidas, Combustíveis, Comunicação, Energia, Madeira, Medicamentos, Pecuária, Soja, Supermercados, Transportes, Varejo, Veículos e Outros.

Embora este grupamento em Segmentos Econômicos propiciasse previsão aderente do ICMS potencial (obtido a partir da aplicação da alíquota média do ICMS do segmento no valor



SEFAZ/DIC/2024/35256





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

do faturamento), não guardava integração ao Sistema de Contas Regionais (SCR)<sup>1</sup> e, logo, ao Sistema de Contas Nacionais (SCN) do IBGE e seus agregados macroeconômicos. Isso dificultava também uma análise cruzada do PIB estadual e valor adicionado bruto (VAB) estadual por setores com os segmentos econômicos da SEFAZ.

Os estudos econômicos e tributários sobre a brecha fiscal, lacuna tributária, gap tributário, inconverso ou qualquer outra terminologia que sirva para referenciar a “diferença entre o valor potencial de arrecadação e o valor efetivamente arrecadado” ganharam notoriedade na última década pela publicação de estudos de casos e análises teóricas, desenvolvidas por grupos de trabalho, patrocinados e ou mantidos por organizações internacionais renomadas como FMI, UE, OCDE, CIAT, bem como, por outras instituições e trabalhos acadêmicos.

Esses trabalhos, trouxeram consideráveis contribuições ao debate, pois buscaram reunir, atualizar e aperfeiçoar as diferentes metodologias e formas de conceituação e apuração do gap, reconhecendo que cada tipo de tributação, seja sobre a renda, sobre os lucros, sobre consumo ou ainda sobre o patrimônio, afeta de formas diferentes a economia, tendo desta forma, maior ou menor incidência de gap, que ademais sofre influência de diversas outras variáveis, desde a complexidade e burocracia tributária que afetam diferentemente a economia de cada país, até questões de natureza socioeconômicas e culturais (UPER/SEFAZ<sup>2</sup>, 2021).

Nesse contexto, fica implícito que não há uma metodologia padrão, estabelecida como certa, estando incorretas as demais. O que se busca é, portanto, um aperfeiçoamento contínuo em busca do modelo que se adeque melhor a realidade atual, bem como, que possa ser implementado com uso das ferramentas e dados disponíveis em cada administração tributária.

Assim, busca-se desmistificar a ideia de que o modelo utilizado pela SEFAZ era uma metodologia ruim ou imprópria. Ocorre que, estando defasado o modelo, e portanto, necessitando de atualização, optou-se por um modelo que possibilitasse uma análise com maior comparabilidade a partir das bases do Sistema de Contas Regionais, com menor tempo de atualização com dados efetivos, visto que as contas regionais são divulgadas anualmente com dois anos de defasagem, e com maior possibilidade de domínio da técnica ao se aproximar dos métodos mais modernos em uso atualmente (UPER/SEFAZ, 2021).

Não há a pretensão de se esgotar o entendimento sobre o assunto, nem mesmo, de se eleger qual dos métodos é o melhor. No estudo “THE CONCEPT OF TAX GAPS: Report on VAT Gap Estimations” conduzido pelo grupo FISCALIS Tax Gap Project Group (FPG) da União Europeia, em 2016, foram catalogados diversos procedimentos para cálculo do gap do Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA) e chegaram à conclusão que “não há metodologia comum para estimar a lacuna do IVA.

Mais comumente, uma metodologia baseada em uma abordagem top-down é aplicada” e as escolhas das diferentes metodologias por cada Administração Tributária depende dos dados disponíveis, da capacidade administrativa e dos objetivos para fazer a estimativa do gap. Essas metodologias principais são retratadas no mesmo estudo através de

<sup>1</sup> O SCR, em virtude de suas particularidades, estima o Produto Interno Bruto – PIB pelas óticas da produção e da renda, apresentando informações referentes ao processo de produção e geração da renda regionalmente (IBGE/SCR2018, Inf. 77).

<sup>2</sup> Informação Técnica nº 024/2021/UPER/SARP/SEFAZ.



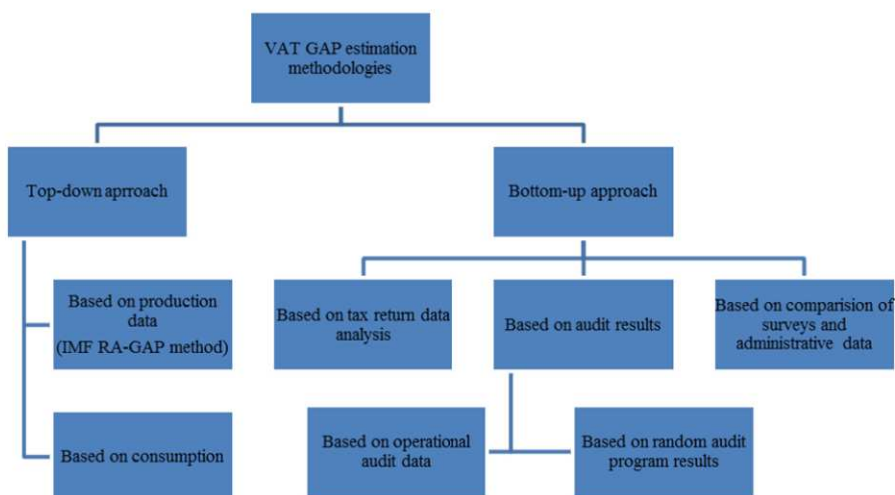
SEFAZ/DIC/2024/35256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

uma figura de árvore de decisão (Figura 4) onde foram mostrados como os países membros que participaram do estudo se enquadravam.

**Figura 4-** Árvore de metodologias de estimativas do GAP-IVA (VAT) de países membros do estudo.



Fonte: TGPG, 2016, p. 45.

O novo modelo escolhido pela SEFAZ-MT para estimativa do GAP, se encaixa no método top-down baseado na produção, especificamente nos dados das contas nacionais, é o RA-GAP do FMI. Seria ideal, também, que se pudesse fazer essa estimativa pelo método bottom-up, como é a outra abordagem adotada pelo FMI, na qual a partir das microanálises e ou auditorias operacionais obtém o valor do GAP, para efeitos de comparação. Essa última metodologia, no entanto, demanda maiores esforços em Tecnologia da Informação e Comunicação – TICs, capital humano, por isso, é mais dispendiosa e de difícil implementação (UPER/SEFAZ, 2021).

Hutton (2017, p. 4) destaca que o método Revenue Administration-GAP (RA-GAP) tem várias vantagens distintas em relação às abordagens de top-down usadas na maioria dos países, em particular:

- o modelo e metodologia RA-GAP fornecem às administrações detalhes sobre a natureza da lacuna fiscal, e não apenas o seu tamanho, dividindo a lacuna do IVA por setores de atividade na economia e por funções administrativas básicas (cobranças versus avaliação);
- o modelo RA-GAP, para estimar a receita potencial, é o que mais se aproxima da característica de crédito do IVA, o que permite uma modelagem mais precisa da estrutura política do IVA de um país;



SEFAZDICT202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

- a metodologia RA-GAP baseia-se em acúmulos, o que permite melhor combinar as medidas estatísticas da atividade econômica com a arrecadação de receitas e permite rastrear os esforços de uma administração para fechar o *gap* ao longo do tempo.

Neste contexto, em 2020, a nova metodologia de análise da receita estadual do ICMS passou a ser desenvolvida considerando a estrutura do Sistema de Contas Regionais. Além disso, em maio de 2021, por meio do OFÍCIO ENCAT Nº 30/2021, a SEFAZ-MT foi convidada a participar de um grupo de trabalho nacional (GT TAX GAP) constituído pelo Encontro Nacional de Administradores Tributários - ENCAT para a construção de uma metodologia unificada para estimativa do *gap* tributário, grupo este conduzido pela Receita Federal do Brasil - RFB.

Esta nova metodologia segue a Ótica da Produção<sup>3</sup> do SCR e possui, resumidamente, dois níveis: grandes setores e atividades econômicas. O primeiro subdivide-se em Agropecuária, Indústria e Comércio/Serviços e o segundo subdivide-se em 12 setores ou atividades, destacadas no Quadro 1. Essas 12 Atividades Econômicas estão desagregadas em um terceiro nível de subsetores e um quarto nível de “subsetor Sefaz” considerando os principais produtos da agropecuária e subsetores da indústria e do comércio/serviços. Neste último, possui um quinto nível de desagregação no comércio atacadista.

Conforme a Ótica da Produção, o PIB é igual à soma do Valor Adicionado Bruto (VAB) de todas as atividades mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, não incluídos no valor da produção. A geração do Valor Adicionado Bruto (VAB) de uma economia consiste na diferença entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o Consumo Intermediário (CI).

Em suma, o VBP dos bens e serviços produzidos pelas atividades econômicas consiste na utilização dos dados em valores correntes obtidos das pesquisas econômicas anuais do IBGE ou registros administrativos que são respondidos pelas unidades produtoras<sup>45</sup>.

**15 - Como o Sistema Tributário de Referência é comunicado aos contribuintes e ao público em geral? Ele é facilmente acessível e compreensível?**

Sim, a legislação tributária estadual e os serviços fazendários estão amplamente disponíveis para consulta de pessoas físicas ou jurídicas, por meio de diversos canais de atendimento, destacando-se os listados abaixo:

- **PORTAL DA LEGISLAÇÃO**

<sup>3</sup> A ótica da produção mostra o resultado do processo de produção, valor da produção, menos o consumo intermediário, de cujo saldo, o valor adicionado bruto por atividade econômica, somado aos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos resulta o valor do PIB (IBGE/SCR2018, Inf. 77).

<sup>4</sup> [https://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/Notas\\_Metodologicas/23\\_expansao.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/23_expansao.pdf)

<sup>5</sup> [https://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/Notas\\_Metodologicas/06\\_conta\\_producao.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/06_conta_producao.pdf)



SEFAZDIC202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Portal para divulgação de todo o arcabouço da legislação tributária estadual vigente.

<http://www.sefaz.mt.gov.br/spl/portallpaginalegiacao>

- **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MT**

O portal da transparência MT possui uma aba dedicada à disseminação de dados e informações sobre a renúncia fiscal estadual, dispondo, inclusive, de links de acesso à correspondente legislação que disciplina os benefícios programáticos e não programáticos.

O portal também apresenta acesso ao sistema de credenciamento dos benefícios, bem como aos dados de fruição e avaliação dos benefícios programáticos.

<https://www.transparencia.mt.gov.br/incentivos-fiscais>

- **PORTAL DO CONHECIMENTO**

No Portal do Conhecimento os contribuintes e cidadãos encontrarão informações com linguagem simples acessível e que facilitam o entendimento de matérias relacionadas aos tributos estaduais: ICMS, ITCD, IPVA, Taxas, Fundos, Documentos Fiscais, Declarações, E-process, TAD, Perguntas Frequentes (FAQ's), etc.

<https://www.portaldoconhecimento.mt.gov.br/>

- **ATENDIMENTO TELEFÔNICO - CALL CENTER**

Orientações sobre serviços ou procedimentos tributários, por meio do Telefone: (65) 3617-2900, Horário: de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 horas, horário local.

Por este canal são prestadas informações exclusivamente sobre os serviços ou procedimentos tributários, como protocolização de processos eletrônicos, preenchimento de documentos de arrecadação, orientações sobre obrigações acessórias, entre outros.

As dúvidas sobre a legislação tributária estadual são atendidas exclusivamente pelo Sefaz Para Você.

- **WHATSAPP ATENDIMENTO SEFAZ**



Assinado com senha por ELIEZER PEREIRA DA SILVA - CHEFE DE UNIDADE I / UPER - 18/12/2024 às 11:06:16, CAMILI DAL PAI - ASSISTENTE EXEC / SARP - 18/12/2024 às 11:10:11, FABIO FERNANDES PIMENTA - SECRETARIO ADJUNTO / SARP - 18/12/2024 às 11:16:33, HENRIQUE CARNAUBA GUERRA SANGREMAN LIMA - SUPERINTENDENTE / SUCOM - 18/12/2024 às 11:31:05, EDSON FONTANA DE OLIVEIRA - COORDENADOR / CCBR - 18/12/2024 às 11:40:09 e LUCAS ELMO PINHEIRO FILHO - CHEFE DE UNIDADE / UPTE - 18/12/2024 às 11:46:37.  
Documento Nº: 23384741-6655 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23384741-6655>



SEFAZDIC202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

O canal tem como objetivo principal divulgar serviços, avisos e alertas, oferecendo informações rápidas e precisas para auxiliar no cumprimento das obrigações fiscais, reduzindo surpresas com alterações ou novidades.

Por meio dele, é possível acessar informações sobre mudanças na legislação estadual, ajustes de procedimentos, interpretações normativas, ocorrências nos sistemas de TI, ações de fiscalização e monitoramento, além de lembretes de prazos e responsabilidades, assegurando maior praticidade e transparência.

Link para acesso:

[https://api.whatsapp.com/send/?phone=556540429298&text&type=phone\\_number&app\\_absent=0](https://api.whatsapp.com/send/?phone=556540429298&text&type=phone_number&app_absent=0)

- **SEFAZ PARA VOCÊ**

O Sefaz para Você é um canal de atendimento virtual que permite aos contribuintes acesso a serviços personalizados, mediante o cadastramento prévio de senha e/ou certificação digital.

Cada solicitação do usuário pode ser monitorada na área “MINHAS SOLICITAÇÕES”, por meio do ticket de atendimento gerado no momento da solicitação. O prazo de atendimento é de até 05 dias úteis, exceto nos casos em que a demanda precisa ser enviada para outra unidade, situação em que o prazo poderá ser estendido.

Por este canal são prestadas informações da legislação tributária estadual (regimes tributários, não incidência, isenções, diferimento, redução de base de cálculo, entre outros) e referentes ao cumprimento das obrigações fiscais acessórias.

As informações prestadas pelos nossos canais de atendimento têm caráter meramente informativo, objetivando orientar o contribuinte e o cidadão no entendimento da legislação tributária e sobre as obrigações fiscais acessórias, não produzindo os efeitos típicos da consulta tributária, nos termos do Art. 996 do Regulamento do ICMS-MT.

Não são atendidas as demandas que se refiram à matéria tributária controversa, complexa e não pacificada, as quais devem ser formalizadas mediante consulta tributária. Também não são atendidos questionamentos em tese, não concretos ou que não estejam expressos na legislação; solicitações de informações que estejam relacionados à assessoria e consultoria tributária ou relação comercial entre empresas.

- **PORTAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE - e-PAC**

Portal de autoatendimento ao contribuinte, que disponibiliza acesso a uma série de serviços, inclusive autorregularização de pendências com o fisco estadual.



Assinado com senha por ELIEZER PEREIRA DA SILVA - CHEFE DE UNIDADE I / UPER - 18/12/2024 às 11:06:16, CAMILI DAL PAI - ASSISTENTE EXEC / SARP - 18/12/2024 às 11:10:11, FABIO FERNANDES PIMENTA - SECRETARIO ADJUNTO / SARP - 18/12/2024 às 11:16:33, HENRIQUE CARNAUBA GUERRA SANGREMAN LIMA - SUPERINTENDENTE / SUCOM - 18/12/2024 às 11:31:05, EDSON FONTANA DE OLIVEIRA - COORDENADOR / CCBP - 18/12/2024 às 11:40:09 e LUCAS ELMO PINHEIRO FILHO - CHEFE DE UNIDADE / UPTD - 18/12/2024 às 11:46:37.  
Documento Nº: 23384741-6655 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23384741-6655>



SEFAZDIC202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

<https://www5.sefaz.mt.gov.br/portal-de-atendimento-ao-contribuinte>

- **CONSULTA FORMAL - SISTEMA E-PROCESS**

As consultas formais sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária estadual, no que se refere à obrigação tributária principal ou acessória, devem ser formalizadas e protocolizadas via Sistema E-process, observando a legislação específica que rege o processo de consulta. O atendimento está disponível para pessoas físicas e jurídicas.

Requisitos: apresentar o formulário "Consulta Tributária", com a devida qualificação do consulente, possuir interesse econômico relativo à matéria objeto de consulta e assinatura digitalmente o processo eletrônico.

- **NOTA MT**

Dúvidas, sugestões ou reclamações referente ao Programa Nota MT devem ser encaminhadas pelo site, na opção "Envie uma mensagem", ou pelo aplicativo de celular, na opção "Dúvidas".

- **SUPORTE TÉCNICO (SISTEMAS FAZENDÁRIOS)**

Canal de atendimento de TI disponibilizado apenas ao reporte de erros e bugs de sistemas. Dúvidas e esclarecimentos sobre o funcionamento dos sistemas devem ser encaminhados por meio do Sefaz para Você ou por e-mail referente a Agência Fazendária.

Contato	Horário
Whatsapp - (65) 3617-2080	Todos os dias - 07h às 00h
E-mail - atendimento.ti@sefaz.mt.gov.br	Todos os dias - 24h
<a href="#">Atendimento online</a>	

- **PORTAL TRANSPARÊNCIA SEFAZ**

Portal destinado à divulgação de informações e dados fiscais, tais como: receita arrecadada, despesa pública, orçamento, renúncia fiscal, transferências e repasses, dentre outras informações de interesse do contribuinte.

- **MT CIDADÃO – GOVERNO DIGITAL**



Assinado com senha por ELIEZER PEREIRA DA SILVA - CHEFE DE UNIDADE I / UPER - 18/12/2024 às 11:06:16, CAMILI DAL PAI - ASSISTENTE EXEC / SARP - 18/12/2024 às 11:10:11, FABIO FERNANDES PIMENTA - SECRETARIO ADJUNTO / SARP - 18/12/2024 às 11:16:33, HENRIQUE CARNAUBA GUERRA SANGREMAN LIMA - SUPERINTENDENTE / SUCOM - 18/12/2024 às 11:31:05, EDSON FONTANA DE OLIVEIRA - COORDENADOR / CCBP - 18/12/2024 às 11:40:09 e LUCAS ELMO PINHEIRO FILHO - CHEFE DE UNIDADE / UPT - 18/12/2024 às 11:46:37.  
Documento Nº: 23384741-6655 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23384741-6655>



SEFAZDIO202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

A SEFAZ disponibilizou diversos serviços por meio do aplicativo MT Cidadão, desenvolvido pelo Governo do Estado do Mato Grosso, através da Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação MTI, que visa oferecer aos cidadãos mais praticidade e acessibilidade nas informações e nos serviços públicos do Estado.

<https://portal.mt.gov.br/app/catalog/list/financas-e-tributacao>

● **MT EMPRESARIAL – GOVERNO DIGITAL**

A SEFAZ disponibilizou diversos serviços por meio do aplicativo MT Empresarial desenvolvido pelo Governo do Estado do Mato Grosso, através da Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação MTI, que visa oferecer serviços do Governo de MT para empresários, MEI's e donos de propriedades rurais.

■ **IARA**

Serviço de assistência virtual da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, destinada a auxiliar os contribuintes a tirarem dúvidas sobre serviços relacionados ao IPVA.

**OUTROS CANAIS**

- [Bancos arrecadadores conveniados](#)
- [Emissão de guias para pagamento](#)
- [Sistema Servidor Fazendário \(mediante cadastro prévio\)](#)
- [Ouvidoria](#)

Além da divulgação de informações fiscais no Portais de Transparência e disseminação do conhecimento, por meio do Portal do Conhecimento e Portal da Legislação, a SEFAZ tem desenvolvido inovações no modelo de atendimento, cabendo citar o fórum online criado no início de 2023 para levar, de forma ágil e eficiente, conhecimento aos contribuintes sobre tributação, legislação e procedimentos fiscais.

<http://www.sefaz.mt.gov.br/forum/>

O serviço é acessado em ambiente virtual, por qualquer cidadão, empresário ou profissional da área contábil, que pode interagir e conversar sobre assuntos tributários.



Assinado com senha por ELIEZER PEREIRA DA SILVA - CHEFE DE UNIDADE I / UPER - 18/12/2024 às 11:06:16, CAMILI DAL PAI - ASSISTENTE EXEC / SARP - 18/12/2024 às 11:10:11, FABIO FERNANDES PIMENTA - SECRETARIO ADJUNTO / SARP - 18/12/2024 às 11:16:33, HENRIQUE CARNAUBA GUERRA SANGREMAN LIMA - SUPERINTENDENTE / SUCOM - 18/12/2024 às 11:31:05, EDSON FONTANA DE OLIVEIRA - COORDENADOR / CCBP - 18/12/2024 às 11:40:09 e LUCAS ELMO PINHEIRO FILHO - CHEFE DE UNIDADE / UPTD - 18/12/2024 às 11:46:37.  
Documento Nº: 23384741-6655 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23384741-6655>



SEFAZDIC202435256

SIGA



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Também cabe destaque para a participação da SEFAZ em diversos eventos e seminários com entidades de classe e sociedade civil organizada para debate, esclarecimentos e disseminação das ações da Secretaria.

Seção 4: Avaliação de Impacto

Seção 5: Custos e Sustentabilidade

**21 - Qual a confiabilidade das estimativas de receita perdida devido aos incentivos fiscais? Existem relatórios independentes que validam esses números? Caso positivo, qual o formato destes relatórios?**

A despeito da complexidade de gestão dos dados fiscais para fins de análise econômica, sobretudo preditiva, a Sefaz tem adotado um fluxo contínuo de melhorias em relação à qualidade das informações que são utilizadas como insumo às projeções de receita e de renúncia fiscal.

Uma das medidas que contribuíram para a qualificação desse processo foi a implantação do Sistema RCR, sobretudo o módulo de acompanhamento da renúncia fruída, desenvolvido mediante cruzamento com a base de dados da Escrituração Fiscal Digital (EFD), a partir da inserção de um campo próprio para lançamento mensal da renúncia fiscal fruída pelo contribuinte.

Além de simplificar o acompanhamento, a implantação dessa sistemática objetivou atender a determinação exarada no artigo 12 da Lei Complementar nº 631/2019, que vinculou a fruição dos benefícios às seguintes condicionantes:

- I - à observância dos limites fixados nesta Lei Complementar e, se for o caso, em resolução do CONDEPRODEMAT;
- II - ao recolhimento do ICMS devido a cada mês no prazo de vencimento fixado na legislação tributária;
- III - à efetivação dos recolhimentos das contribuições aos Fundos Estaduais, conforme disposição específica do Programa, se for o caso;
- IV - ao registro do valor do benefício fruído, em cada mês, no campo próprio da Escrituração Fiscal Digital - EFD do estabelecimento beneficiário;
- V - à manutenção da regularidade fiscal pelo beneficiário. (Grifo nosso)



SEFAZDIC202435256



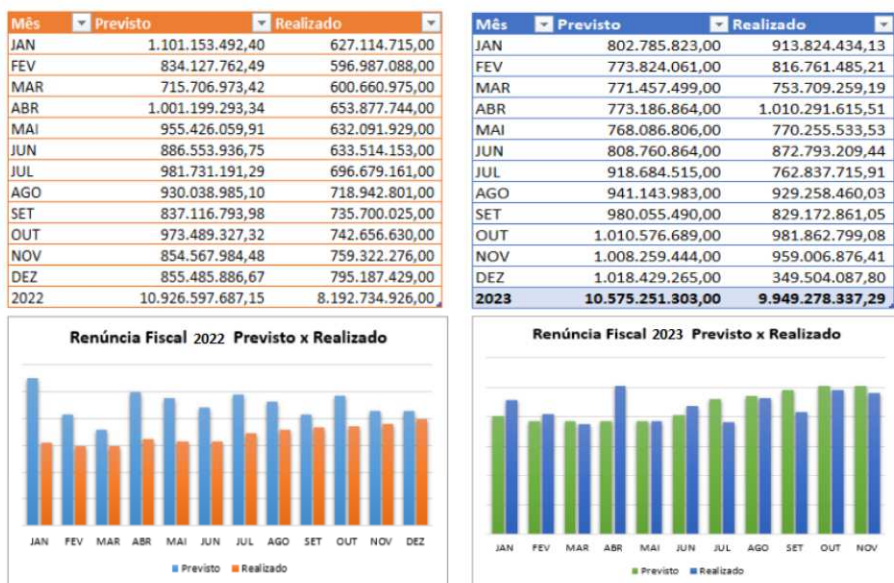
Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Isso posto, ao realizar sua escrituração fiscal, a cada mês, o próprio contribuinte apura e promove o lançamento do benefício fruído a título de ajuste na apuração do imposto devido. Esse sistema unifica o lançamento e viabiliza maior rigor e precisão na prestação da informação, garantindo mais celeridade no cruzamento dos registros pela fiscalização, além de reduzir o número de impugnações dos lançamentos.

A SEFAZ tem unidades de controle, monitoramento e fiscalização que possuem rotinas sistemáticas de identificação, tratamento e mitigação de riscos relacionados aos registros e utilização dos benefícios fiscais, especialmente na EFD-Escrituração Fiscal Digital e nas notas fiscais eletrônicas. Sendo assim, tendo em vista que o registro da fruição é componente da metodologia de projeção da renúncia, a qualificação e a acurácia da informação fiscal prestada contribui para a melhoria do processo.

A despeito dos avanços é importante considerar o caráter não definitivo de muitas das informações obtidas das EFD o que, em última análise, pode afetar o grau de consistência dos demonstrativos de renúncia fiscal, tendo em vista que os dados estão sujeitos à retificação pelo contribuinte, conforme disposto na cláusula décima terceira do Ajuste SINIEF 02/2009.

Sendo assim, a cada exercício financeiro, a SEFAZ melhora a acurácia das estimativas para fins orçamentários, como evidencia o comparativo dos registros da renúncia do ICMS de 2022 e 2023:



Relatórios do Reports ou de outros sistemas são utilizados para o cálculo da renúncia (ICMS, IPVA, ITCD)

Item	IMPOSTO	RELATÓRIO	LOCAL	OBJETIVO
1	ICMS	RCRRS010 (Fiscal)	REPORTS	Relatório do Sistema RCR - capta os dados de fruição da renúncia fiscal da



SEFAZDIO202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

				EFD, por código de ajuste, conforme data de ocorrência do fato gerador. Mais utilizado em consultas de natureza fiscal.
2	ICMS	RCRRS013 (Contábil)	REPORTS	Relatório derivado do RCRRS010, mas desenvolvido para atender regras contábeis. A partir dele é realizado o registro contábil da fruição da renúncia no Fiplan. Esse relatório adota como data de fechamento o mês do registro da informação fiscal (entrega da EFD), além de apresentar outras regras contábeis. Os dados são organizados por código de ajuste, preservando o sigilo fiscal.
3	ICMS	RCRRS017	REPORTS	Relatório com as regras do relatório contábil RCRRS013, mas com a informação disposta por contribuinte. É utilizado para organizar as informações por atividade e município, com objetivo de divulgação no portal de transparência da sefaz.
4	ICMS	ACGRS192	REPORTS	Desenvolvido para registrar, a partir de dados das notas fiscais, a renúncia decorrente do Regime Optativo de Tributação da Substituição Tributária - ROST (MVA ST reduzida portaria 195/2019).
5	ICMS	ACGRS197	REPORTS	Desenvolvido para captar, a partir de dados das notas fiscais, a renúncia decorrente da isenção do ICMS para aquisição de veículos para portadores de necessidades especiais e taxistas.
6	ICMS	Diesel transporte metropolitano	SAS	Roteiro desenvolvido no SAS para extração dos dados do volume de entrada de óleo diesel das empresas beneficiárias para calcular, a partir da aplicação da alíquota ad rem, a renúncia fiscal decorrente do referido benefício.
7	ICMS	Energia Elétrica	SAS	Roteiros desenvolvidos no SAS para extrair, a partir da base da NF3-e, a renúncia decorrente de isenções e reduções da base de cálculo de operações com energia elétrica.
8	ICMS	VOE-MT	SAS	Roteiro desenvolvido no SAS para extração dos dados do volume de entrada



Assinado com senha por ELIEZER PEREIRA DA SILVA - CHEFE DE UNIDADE I / UPER - 18/12/2024 às 11:06:16, CAMILI DAL PAI - ASSISTENTE EXEC / SARP - 18/12/2024 às 11:10:11, FABIO FERNANDES PIMENTA - SECRETARIO ADJUNTO / SARP - 18/12/2024 às 11:16:33, HENRIQUE CARNAUBA GUERRA SANGREMAN LIMA - SUPERINTENDENTE / SUCOM - 18/12/2024 às 11:31:05, EDSON FONTANA DE OLIVEIRA - COORDENADOR / CCBP - 18/12/2024 às 11:40:09 e LUCAS ELMO PINHEIRO FILHO - CHEFE DE UNIDADE / UPT - 18/12/2024 às 11:46:37.  
Documento Nº: 23384741-6655 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23384741-6655>



SEFAZ/DIC/2024/35256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

				de querosene de aviação das empresas aéreas beneficiárias para calcular, a partir da aplicação da alíquota, a renúncia fiscal decorrente do referido benefício.
9	ITCD	ITCDRS015	REPORTS	Relatório desenvolvido a partir de informações do GIA-ITCD registrar a renúncia decorrente do ITCD, por tipo de benefício.
10	IPVA	IPVARS053	REPORTS	Relatório desenvolvido a partir de informações do Sistema do IPVA registrar a renúncia decorrente do IPVA, por tipo de benefício.
11	REFIS	Refis SEFAZ	CCF/SUIRP	Os dados de renúncia de juros e penalidades decorrentes das negociações do REFIS são recebidos da Coordenadoria do Conta Corrente Fiscal.
12	REFIS	Refis Dívida Ativa	PGE/SADA	Os dados utilizados no cálculo da renúncia de juros e penalidades decorrentes das negociações do REFIS Dívida Ativa são recebidos da Procuradoria Geral do Estado.
13	TODOS	FIP 215	FIPLAN	Balancete Mensal de verificação
14	TODOS, exceto refis	DRF	FIPLAN	Consulta Documentos de Renúncia Fiscal (contábil)

23 - Há evidências de contribuintes inelegíveis que receberam benefícios fiscais? Como isso foi identificado?

O controle para impedir contribuintes considerados inelegíveis para usufruir benefícios fiscais é feito previamente ao pedido de credenciamento no benefício fiscal e durante a fruição de benefícios fiscais, visto que a SEFAZ implementou integração do Sistema Registro e Controle da Renúncia - RCR com o sistema Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS, da CGE-MT.

Desse modo, evita-se que contribuintes inelegíveis sejam credenciados para usufruir benefícios fiscais, e, os que tenham se tornado, porventura, inelegíveis após o credenciamento, também podem ser identificados para ter o benefício cancelado. Nesse sentido, já foi enviada para o TCE a evidência de tal integração, conforme Ofício 05367/2023/GD/SEFAZ, de 19 de dezembro de 2023 (Processo TCE 61.134.4/2021).

Considerando-se o relatado acima, entendemos como mitigado o risco de concessão de benefícios fiscais para contribuintes inelegíveis, não havendo evidências e/ou relevância de recebimento de benefícios fiscais por tais contribuintes.



SEFAZDIC202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**24 - O programa de incentivos possui implicações para a sustentabilidade fiscal do estado?  
Quais são os riscos de médio e longo prazo?**

Inicialmente, é relevante considerar que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita é sempre precedida de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, em estrita observância do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000.

Em Mato Grosso, os incentivos programáticos são instituídos como medida à atração e à diversificação da matriz econômica estadual, sobretudo para o estímulo da verticalização da produção agropecuária e atração de novos investimentos. Essas medidas contribuem para a dinamização da economia mato-grossense e repercutem sobre a ampliação da base tributária e, por conseguinte, no aumento da arrecadação estadual. Além do efeito direto, é relevante considerar o efeito indireto sobre a arrecadação, que é impactada positivamente pela ampliação dos postos de trabalho e da renda disponível.

A edição da Lei Complementar nº 631/2019, além de dispor sobre a revisão e reinstituição dos benefícios fiscais mato-grossense, modificou também a sistemática de tributação do setor comercial, que passou a adotar o regime normal de tributação, o que contribuiu para a recomposição da arrecadação do ICMS do setor.

Após um período de deterioração fiscal, caracterizado por desequilíbrios nas despesas com pessoal e correntes, o Estado reverteu a situação, alcançando a classificação A na Capacidade de Pagamento (Capag) em 2021. A manutenção dessa classificação nos exercícios subsequentes demonstra o comprometimento do Estado com a gestão fiscal responsável, sobretudo com a melhoria da gestão tributária e controle da despesa.





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

UF	CAPAG 2021	CAPAG 2022	CAPAG 2023	
AC	B	B	B	
AL	B	B	B	
AM	B	B	B	
AP	C	C	C	
BA	B	B	A	↑
CE	B	B	B	
DF	B	B	B	
ES	A	A	A	
GO	C	B	C	↓
MA	B	C	C	
MG	D	D	D	
MS	B	A	B	↓
MT	A	A	A	
PA	B	A	B	↓
PB	A	A	A	
PE	B	B	C	↓
PI	B	B	B	
PR	B	B	B	
RJ	D	C	D	↓
RN	C	C	C	
RO	A	A	A	
RR	A	A	B	↓
RS	D	D	D	
SC	B	B	B	
SE	B	B	B	
SP	B	B	B	
TO	C	B	B	

Em relação aos riscos, é importante mencionar que a SEFAZ dispõe de uma Unidade de Gestão de Riscos instituída com a missão orientar e coordenar o gerenciamento de riscos dos processos prioritários. Não obstante, o processo de gestão de riscos ainda é incipiente na SEFAZ, mas, no tocante ao macroprocesso da Receita, já foram mapeados e analisados os riscos de conformidade tributária.

No tocante ao processo de análise de riscos da gestão da política, esse acompanhamento foi iniciado, por meio do levantamento da literatura e referencial metodológico aplicados à administração tributária. No entanto, a SEFAZ realiza, para a construção do cenário fiscal da receita, o levantamento dos principais normativos em tramitação na agenda política e projeções econômicas que possam afetar a realização da receita.

A análise da conjuntura econômica e a compreensão das expectativas de mercado são fundamentais para o aperfeiçoamento das projeções das receitas que orientarão a condução das políticas públicas e a alocação dos gastos estaduais. Nesse sentido, a definição dos cenários da receita abrange a prospecção das variáveis que afetam a dinâmica macroeconômica e a compreensão de como o seu desempenho repercute sobre a arrecadação estadual, abrangendo, ainda, as expectativas setoriais no âmbito da dinâmica local.



SEFAZDIC202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Quanto à agenda política, a SEFAZ acompanha as proposições legislativas em curso na esfera federal que podem repercutir sobre a política tributária estadual e influenciar a realização da receita pública, sobretudo no âmbito do ICMS. A análise da agenda política abrange, também, as ações judiciais em curso nas instâncias superiores, cujas decisões podem incorrer em alterações na legislação e impactar a realização da receita.

No longo prazo, o risco mais proeminente certamente consiste no estabelecido no artigo 128 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023, que institui a redução progressiva dos benefícios ou os incentivos fiscais ou financeiros. Com o fim da política de benefícios e a mudança da sistemática de tributação orientada para o consumo e não para a produção, avalia-se um risco elevado de que a receita tributária mato-grossense seja impactada negativamente.

Aprovada a Reforma Tributária, Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, o principal risco ao qual o Estado de Mato Grosso está sujeito é que o novo tributo – IBS – obedecerá ao princípio do destino, assim por ser um Estado de grande produção de produtos primários de baixo valor agregado, e importador de produtos industrializados, porém de pequena população, há riscos de perdas de receita.

Importante salientar o esforço feito pelo Estado de Mato Grosso, com vistas a sugerir medidas que minimizassem as perdas potenciais às receitas do Estado, em que obteve algum sucesso como, por exemplo, a manutenção do FETHAB por mais 10 anos. Porém, as perdas de arrecadação devem ocorrer e há necessidade de adequação nos níveis de despesas, mesmo considerando o longo período de transição.

Mato Grosso é o maior produtor de produtos primários do setor agropecuário, e considerado pequeno consumidor de produtos manufaturados, devido ao baixo quantitativo populacional. Desta forma, estima-se perdas significativas de arrecadação, que foram calculadas para 2019, último cálculo disponível pelo GT08 – Quantificação, na ordem de R\$ 4,52 bilhões.

Vale ressaltar que em determinados contextos, as decisões tomadas em relação à implementação de benefícios fiscais decorrem da necessidade do Estado garantir a manutenção e/ou incremento na realização da receita pública estadual, considerando que ainda hoje, passado o período da chamada “guerra fiscal” entre os entes federados, decorrente da convalidação dos benefícios fiscais concedidos à revelia do CONFAZ - LC (*federal*) 160/2017, c/c com o Convênio ICMS 190/2017 e LC (*estadual*) 631/2019, ainda há benefícios fiscais em outros estados que impactam na política de desenvolvimento econômico no Mato Grosso.

Como ilustrativo, podemos citar o benefício fiscal concedido recentemente no âmbito do Conselho Deliberativo dos Programas de Desenvolvimento de Mato Grosso - CONDEPRODEMAT, por meio da Resolução nº 040/2019<sup>6</sup>, alterada pela Resolução nº 186/2023, que dentre outras alterações aprovou um crédito outorgado do ICMS para o produto do submódulo PRODEIC Investe Mato Grosso Biocombustíveis no valor de R\$ 0,15 (quinze centavos de real) por litro de Álcool Etílico Anidro Combustível (AEAC).

Tal decisão originou da necessidade de manter a competitividade do produto mato-grossense frente ao AEAC produzido pelos estados circunvizinhos Goiás e Mato Grosso

<sup>6</sup> Disponível em:

<https://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/Legislacao/legislacaotribut.nsf/fraWebDocumento>



SEFAZDICT202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

do Sul, que anunciaram recentemente benefícios de ICMS para o produto. ([https://goias.gov.br/governo-de-goias-amplia-beneficio-fiscal-do-alcool-anidro/#:~:text=O%20Governo%20de%20Goi%C3%A1s%20ampliou,Estado%20de%20Goi%C3%A1s%20\(RCTE\).](https://goias.gov.br/governo-de-goias-amplia-beneficio-fiscal-do-alcool-anidro/#:~:text=O%20Governo%20de%20Goi%C3%A1s%20ampliou,Estado%20de%20Goi%C3%A1s%20(RCTE).)); (<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/10/26/governo-de-ms-autoriza-usinas-de-etanol-a-usarem-creditos-de-icms-acumulados-nos-ultimos-anos.ghtml>).

Além da intenção do estado em manter o produto mato-grossense competitivo, o benefício para o produto AEAC ficou condicionado ao aumento da produção e comercialização em relação ao exercício anterior, conforme o requisito estabelecido no Art. 1º-B da Resolução nº 186/2023 de 26/12/2023 - CONDEPRODEMAT.

É necessário reconhecer que essas políticas específicas de incentivo fiscal, conforme indicado, não podem ser consideradas “ônus tributário”, uma vez que viabilizam a manutenção e/ou aumento de base tributária e, conseqüentemente, aumento da receita pública.

#### Seção 6: Potencial de Melhoria

#### 26 - Quais mudanças específicas poderiam ser implementadas para reduzir o ônus administrativo dos incentivos fiscais?

A automatização do procedimento para adesão aos benefícios objetivou reduzir o ônus administrativo dos incentivos fiscais. Anteriormente à Lei Complementar nº 631/2019, o processo era extremamente burocrático e dispendioso, tanto para o contribuinte, que dependia de contratação de empresa especializada para a formulação do projeto, quanto para o estado que demandava grande força de trabalho nas análises dos projetos para deliberação. A partir da citada lei complementar, todo o processo de credenciamento passou a ser totalmente automatizado via portal da SEFAZ, sem qualquer necessidade de apresentação de projeto pelo interessado.

Além disso, a SEFAZ tem atuado para implementação de rotinas para automatização dos processos vinculados à Superintendência de Controle e Monitoramento e Superintendência de Fiscalização, por meio da implantação da Plataforma *Service Now* (Portaria nº 061/2024/GSF/SEFAZ) e a contratação, com recursos do PROFISCO, de serviços técnicos de consultoria para mapeamento, redesenho, automação de processos, com expertise na área tributária e na utilização da plataforma *ServiceNow*<sup>7</sup>, para os processos vinculados ao macroprocesso da Receita Pública:

1. Gestão do Registro e Quitação dos Valores Arrecadados
  - a) Manutenção e atualização do cadastro de contribuintes.
  - b) Registro das transações tributárias e pagamentos recebidos.
  - c) Emissão de comprovantes de quitação de obrigações fiscais.

<sup>7</sup> Disponível em:

<https://iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/17882#/p:258/e:17882?find=consultoria%20para%20mapeamento,%20redesenho>



SEFAZ/DIC/2024/35256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

2. Gestão dos Recebíveis
  - a) Análise e acompanhamento do fluxo de receitas tributárias.
  - b) Implementação de políticas de cobrança de dívidas ativas.
  - c) Monitoramento e atualização de valores devidos, incluindo juros e multas.
3. Gestão de Restituição de Indébitos
  - a) Análise de solicitações de restituição por pagamentos indevidos ou a mais.
  - b) Processamento de restituições e compensações fiscais.
  - c) Auditoria de casos de restituição para prevenir fraudes.
4. Gestão da Política Tributária
  - a) Desenvolvimento e revisão de legislação tributária.
  - b) Análise de impacto fiscal de novas políticas tributárias.
  - c) Consultas públicas e envolvimento de stakeholders na formulação de políticas.
5. Normatização
  - a) Elaboração de normas técnicas e diretrizes para procedimentos fiscais.
  - b) Atualização das normas conforme mudanças na legislação.
  - c) Promoção de uniformidade e padronização em processos fiscais.
6. Tecnologia e Desenvolvimento das Informações
  - a) Desenvolvimento de sistemas para gerenciamento de dados fiscais.
  - b) Implementação de soluções de TI para automatização de processos tributários.
  - c) Garantia de segurança e integridade dos dados fiscais.
7. Inteligência Fiscal e Gestão de Riscos
  - a) Análise de dados para identificar padrões de evasão fiscal.
  - b) Avaliação de riscos associados a diferentes setores e contribuintes.
  - c) Desenvolvimento de estratégias para mitigar riscos fiscais.
8. Ações de Controle e Monitoramento
  - a) Monitoramento contínuo de transações e atividades fiscais.
  - b) Auditorias periódicas em contribuintes para assegurar a conformidade.
  - c) Avaliação de eficácia de políticas e procedimentos fiscais.
9. Fiscalização de Trânsito
  - a) Inspeção de mercadorias em trânsito para verificar a regularidade fiscal.
  - b) Monitoramento de rotas comerciais para prevenção de evasão fiscal.
  - c) Emissão de notificações e multas por infrações fiscais no trânsito de mercadorias.
10. Fiscalização de Estabelecimentos
  - a) Inspeções regulares em estabelecimentos comerciais para verificar a conformidade fiscal.
  - b) Análise de documentos fiscais e registros contábeis.
  - c) Ações de combate à sonegação fiscal em estabelecimentos comerciais.
11. Contencioso Administrativo Tributário
  - a) Gestão de processos administrativos de contestações tributárias.
  - b) Análise jurídica de disputas fiscais.
  - c) Resolução de litígios fiscais através de julgamentos administrativos.
  - d) Gestão do Conselho de Contribuintes



Assinado com senha por ELIEZER PEREIRA DA SILVA - CHEFE DE UNIDADE I / UPER - 18/12/2024 às 11:06:16, CAMILI DAL PAI - ASSISTENTE EXEC / SARP - 18/12/2024 às 11:10:11, FABIO FERNANDES PIMENTA - SECRETARIO ADJUNTO / SARP - 18/12/2024 às 11:16:33, HENRIQUE CARNAUBA GUERRA SANGREMAN LIMA - SUPERINTENDENTE / SUCOM - 18/12/2024 às 11:31:05, EDSON FONTANA DE OLIVEIRA - COORDENADOR / CCB - 18/12/2024 às 11:40:09 e LUCAS ELMO PINHEIRO FILHO - CHEFE DE UNIDADE / UPT - 18/12/2024 às 11:46:37.  
Documento Nº: 23384741-6655 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23384741-6655>



SEFAZDIC202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**28 - Há oportunidades de integrar os incentivos fiscais com outros programas ou benefícios para evitar sobreposição e promover maior eficácia?**

Após pedido de esclarecimento sobre este item, encaminhado via e-mail, em 21 de novembro de 2024, o auditor Bruno Anselmo Bandeira retornou informando que:

Essa pergunta pode ser encarada sobre duas perspectivas distintas. Primeiro, se há incentivos sobrepostos para o mesmo setor/produto que poderiam ser reunidos num único incentivo. Segundo, se há algum estudo buscando integrar esses incentivos com outras políticas no lado da despesa, ou seja, extingue-se o incentivo e com os recursos arrecadados o Estado financiaria a área incentivada ou beneficiada. A título de exemplo desse segundo caso, cita-se um benefício fiscal instituído com o objetivo de reduzir os preços de determinados produtos para o consumidor ou um grupo de consumidor específico, visando garantir o mínimo existencial a essa população; haveria estudo no sentido de substituir o incentivo por uma política de transferência de renda para a população-alvo dessa medida? ainda a título de exemplo, pensa-se num benefício para alavancar determinado setor da indústria; haveria estudo para substituir esse benefício por uma política de subvenção econômica concedida diretamente pelo Estado?

Em relação ao primeiro aspecto, é importante esclarecer que, como regra geral, o art. 14 da Lei Complementar veda a cumulatividade de benefícios, conforme evidenciado no excerto abaixo:

Art. 14 Ressalvada disposição expressa em contrário, fica vedada a fruição do benefício fiscal vinculado a Programa reinstituído e/ou alterado na forma deste capítulo cumulada com qualquer outro previsto para o ICMS na legislação tributária vigente em relação à operação praticada.

Nesses termos, apenas em situações extraordinárias é admitida a cumulatividade dos benefícios programáticos com outros benefícios dispostos na legislação do ICMS. Como exemplo, menciona-se a cumulatividade deferida pela Resolução 187/2023/CONDEPRODEMAT que, em caráter excepcional, autoriza a fruição do crédito outorgado de 50% nas operações de saída interestadual de suínos para abate, engorda, reprodução, cria e recria - NCM 0103.10.00, 0103.91.00 e 0103.92.00, contido no art. 1º da Resolução nº 081/2021/CONDEPRODEMAT, com o benefício previsto no Convênio ICMS nº 183, de 8 de dezembro de 2023 e Lei nº 12.358 de 15 de dezembro de 2023, desde que atendidas as condições fixadas em cada caso.

**30 - Como os setores beneficiados percebem a transparência e eficiência no acesso aos benefícios?**





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

A UPTE não tem conhecimento da realização de pesquisas com objetivo de avaliar a percepção do contribuinte acerca da temática no âmbito da SEFAZ. Contudo, conforme evidenciado no Item 20 a Sefaz disponibiliza diversos canais de comunicação, acesso e disseminação da informação fiscal aos contribuintes mato-grossenses, instituídos com vistas a ampliar a transparência e eficiência no acesso aos benefícios.

**33 - Métodos econométricos como DID ou regressão descontínua são utilizados para medir impactos? Se sim, quais são as limitações encontradas?**

O aperfeiçoamento metodológico para análises de previsão e impacto das ações fiscais está em prospecção pela SEFAZ, no entanto, no presente momento, não utilizamos metodologias de análise econométrica mais robustas na quantificação e avaliação dos resultados dos benefícios fiscais.

Cabe registrar que a SEFAZ atuou em algumas iniciativas, colaborando com a disponibilização de dados para pesquisa do COMSEFAZ que, utilizando o método das Diferenças em Diferenças, avaliou o impacto dos incentivos do ICMS em Estados selecionados. A difusão dessa metodologia dependerá da calibração do modelo, aquisição de softwares e qualificação das equipes para apropriação do conhecimento técnico.

A SEFAZ dispõe de ferramenta de análise insumo-produto, que permite analisar a interdependência intersetorial entre a produção e os insumos fornecidos pelos diferentes setores da economia. Embora bastante difundida, essa metodologia é mais efetiva em simulações dos efeitos das mudanças nas variáveis associadas à demanda final<sup>8</sup>.

Para análise de políticas dos incentivos fiscais, suscetíveis a impactos conjunturais, sobretudo em componentes macroeconômicas, entende-se que os modelos de equilíbrio geral seriam mais adequados a essa finalidade, uma vez que seu uso têm o objetivo de capturar o comportamento de toda a economia, levando em consideração a interação entre todos os mercados e agentes econômicos (famílias, empresas, governo, etc.). O foco é entender como os mercados se ajustam até atingir um equilíbrio onde a oferta iguala a demanda em todos os setores e mercados.

Importante ressaltar que a iniciativa para a adoção de métodos mais robustos de análise econômica está em fase de sistematização pela SEFAZ e objetiva viabilizar uma avaliação mais precisa do impacto de políticas tributárias e aprimorar a tomada de decisão. Esse esforço resulta inclusive de compromissos assumidos no âmbito do PROFISCO, e contará com a disponibilização desses recursos para implementação de metodologias de avaliação da política tributária. A fim de operacionalizar essa iniciativa, a SEFAZ está elaborando um termo de referência para a contratação de uma consultoria especializada nessas modelagens. A metodologia a ser desenvolvida terá como objetivo principal a análise do impacto de ações fiscais e do gap tributário, com destaque para a avaliação de medidas que envolvam benefícios tributários.

<sup>8</sup> A demanda final é constituída pelo consumo das famílias (Cf) e do Governo (Cg), pelos investimentos (I), realizado na formação de capital fixo pelas empresas e governos, pelas exportações (E) de bens e serviços para o resto do mundo.



SEFAZDIO202435256



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**35 - Há capacidade técnica e recursos suficientes para a aplicação de métodos mais avançados, como modelagem estrutural (CGE, DSGE)? Se não, quais são as lacunas?**

A adoção desses métodos de análise depende do desenvolvimento dos modelos aplicados à economia mato-grossense, a aquisição de ferramentas de softwares dedicados a essas análises e treinamento da equipe.

Ressalta-se que a Sefaz está prospectando essa possibilidade por meio do Profisco, conforme informado no item 33.

São as considerações que submetemos à apreciação superior.

Cuiabá, 06 de dezembro de 2024.

Camili Dal Pai  
Analista Administrativo  
UPTE/SARP/SEFAZ-MT

Eliezer Pereira da Silva  
Chefe da Unidade de Pesquisa Econômica e Análise da Receita  
UPER/SARP/SEFAZ

Lucas Elmo Pinheiro Filho  
Chefe da Unidade de Política Tributária Estadual  
UPTE/SARP/SEFAZ-MT

EDSON FONTANA DE OLIVEIRA

Assinado com senha por ELIEZER PEREIRA DA SILVA - CHEFE DE UNIDADE I / UPER - 18/12/2024 às 11:06:16, CAMILI DAL PAI - ASSISTENTE EXEC / SARP - 18/12/2024 às 11:10:11, FABIO FERNANDES PIMENTA - SECRETARIO ADJUNTO / SARP - 18/12/2024 às 11:16:33, HENRIQUE CARNAUBA GUERRA SANGREMAN LIMA - SUPERINTENDENTE / SUCOM - 18/12/2024 às 11:31:05, EDSON FONTANA DE OLIVEIRA - COORDENADOR / CCBP - 18/12/2024 às 11:40:09 e LUCAS ELMO PINHEIRO FILHO - CHEFE DE UNIDADE / UPT - 18/12/2024 às 11:46:37.  
Documento Nº: 23384741-6655 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23384741-6655>



SEFAZDIC202435256

SIGA



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

COORDENADOR DE CONTROLE DE COMÉRCIO EXTERIOR BENEFÍCIOS E REGIMES  
ESPECIAIS

HENRIQUE CARNAUBA GUERRA SANGREMAN LIMA  
SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E MONITORAMENTO

De Acordo:

Fábio Fernandes Pimenta  
Secretário Adjunto da Receita Pública  
SARP/SEFAZ



Assinado com senha por ELIEZER PEREIRA DA SILVA - CHEFE DE UNIDADE I / UPER - 18/12/2024 às 11:06:16, CAMILI DAL PAI - ASSISTENTE EXEC / SARP - 18/12/2024 às 11:10:11, FABIO FERNANDES PIMENTA - SECRETARIO ADJUNTO / SARP - 18/12/2024 às 11:16:33, HENRIQUE CARNAUBA GUERRA SANGREMAN LIMA - SUPERINTENDENTE / SUCOM - 18/12/2024 às 11:31:05, EDSON FONTANA DE OLIVEIRA - COORDENADOR / CCBR - 18/12/2024 às 11:40:09 e LUCAS ELMO PINHEIRO FILHO - CHEFE DE UNIDADE / UPTÉ - 18/12/2024 às 11:46:37.  
Documento Nº: 23384741-6655 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23384741-6655>



SEFAZ/DIC/2024/35256



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

e-mail: [segundasecex@tce.mt.gov.br](mailto:segundasecex@tce.mt.gov.br)

**Ofício nº : 54/2024/2ºSECEX**

Cuiabá-MT, 29 de novembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor

**ROGÉRIO LUIZ GALLO**

Secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso

Cuiabá-MT

**ASSUNTO : Solicitação de Dados – Processo nº 1921142/2024**

Senhor Secretário,

Considerando que por meio da Portaria TCE-MT nº 118/2024 (prorrogada pela Portaria nº 196/2024) foi instituída comissão para fiscalização da política de incentivos fiscais estaduais e da gestão da dívida ativa estadual, alusivamente aos últimos cinco anos;

Considerando que compete à comissão de fiscalização requisitar acesso aos sistemas informatizados, informações e documentos necessários à execução dos trabalhos, com fundamento no art. 215 da Constituição Estadual, no art. 36, § 1º da LCE nº 269/07 (LOTCE-MT) e no art. 142 da Resolução Normativa nº 16/2021/TCE- MT;

Considerando a necessidade da coleta de informações adicionais àquelas já prestadas pela SEFAZ e pela SEDEC, pertinentes à renúncia fiscal registrada pela SEFAZ no período de 2014 a 2018;

Solicito, para instrução da referida fiscalização, que, **no prazo de 10 dias úteis**, seja fornecida **planilha de dados analítica contendo os registros da renúncia fiscal referente ao período de 2014 a 2018**. A resposta a esta solicitação pode ser encaminhada diretamente para o e-mail: [banselmob@tce.mt.gov.br](mailto:banselmob@tce.mt.gov.br).

Registro que o formato da informação já foi alinhado previamente entre a equipe de auditoria deste Tribunal de Contas e a equipe técnica da Secretaria de Estado de Fazenda responsável por produzir a informação.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

e-mail: [segundasecex@tce.mt.gov.br](mailto:segundasecex@tce.mt.gov.br)

De toda forma, caso haja necessidade de esclarecimentos adicionais, a equipe responsável por prestar a informação pode entrar em contato diretamente com o Auditor Bruno Anselmo Bandeira por meio do celular/whatsapp: (65) 99604-7735.

Por fim, aproveito o ensejo para renovar os meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

*(assinatura digital)*<sup>1</sup>

**Bruno Anselmo Bandeira**

Auditor e Coordenador da Comissão de Fiscalização (Portarias nº 118/2024 e 196/2024)

---

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**OFÍCIO Nº 06451/2024/GD/SEFAZ**

**Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2024**

Ao (À) Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE

Assunto: Em resposta ao Ofício Nº 54/2024/2ª SECEX – Solicitação de informações sobre a política de incentivos fiscais estaduais e da gestão da dívida ativa estadual

Ao Ilustríssimo Senhor

**BRUNO ANSELMO BANDEIRA**

Auditor e Coordenador da Comissão de Fiscalização (Portaria 118/2024)

Tribunal de Contas de Mato Grosso- TCE/MT

**NESTA**

**CÓDIGO: 1115765**

**Senhor Auditor,**

Em atenção ao ofício em epígrafe, encaminho, em anexo, a manifestação desta Secretaria, conforme disposto na **Informação nº 53/UPER/SARP/SEFAZ/2024**, elaborada pela Unidade de Pesquisa Econômica e Análise da Receita (UPER), vinculada à Secretaria Adjunta da Receita Pública (SARP), com o objetivo de disponibilizar as informações solicitadas pelo TCE/MT, referentes à planilha analítica contendo os registros das renúncias fiscais do período de 2014 a 2018.

Informo que os dados mencionados foram organizados e disponibilizados por meio de link no Google Drive ([https://drive.google.com/drive/folders/1Ku7YEL\\_vlq\\_6A4heuQTVQ1uUpqH\\_Rbpx](https://drive.google.com/drive/folders/1Ku7YEL_vlq_6A4heuQTVQ1uUpqH_Rbpx)) e compartilhados com o endereço de e-mail indicado no ofício supracitado ([banselmob@tce.mt.gov.br](mailto:banselmob@tce.mt.gov.br)).

Classif. documental	111
---------------------	-----



SEFAZOFI202406451A



Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA



Atenciosamente,

ROGERIO LUIZ GALLO  
SEC DE ESTADO  
GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DE FAZENDA



Assinado com senha por ROGERIO LUIZ GALLO - 13/12/2024 às 11:31:25.  
Documento Nº: 23248837-6988 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23248837-6988>





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA



Governo do Estado de Mato Grosso  
SEFAZ - Secretaria de Estado de Fazenda  
SARP - Secretaria Adjunta da Receita Pública  
UPER - Unidade de Pesquisa Econômica e Análise da Receita

**INFORMAÇÃO Nº 53/UPER/SARP/SEFAZ/2024**

<b>Interessado:</b>	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – TCE/MT
<b>Processo:</b>	1921142/2024-SEFAZ-CAP-2024/48800
<b>Referências:</b>	OFÍCIO Nº 54/2024/2ºSECEX

**Do Assunto:**

Solicita, para instrução da referida fiscalização, que seja fornecida planilha de dados analítica contendo os registros das renúncias fiscais referente ao período de 2014 a 2018.

**Do Objeto:**

Trata-se do Ofício nº 54/2024/2ºSECEX, Processo nº 1921142/2024-SEFAZ-CAP-2024/48800, por meio do qual o TCE/MT solicita que seja fornecida planilha de dados analítica contendo os registros das renúncias fiscais referente ao período de 2014 a 2018.

**Da Informação:**

Seguindo o alinhamento realizado entre a equipe de auditoria do TCE e a equipe técnica da SEFAZ, os dados referentes à Renúncia Fiscal do Estado estão estruturados e ajustados, respeitando o sigilo nos casos onde a informação se trata de um contribuinte Pessoa Física.

Para verificar a integridade do arquivo, é necessário realizar um comparativo entre o hash recebido e o hash enviado, sendo possível observar se houve alteração nos dados após o envio. Os dados serão enviados através do e-mail indicado e da pasta do Google Drive referenciada anteriormente, assim como haverá uma cópia em anexo a esta informação.

O hash enviado e gerado pela SEFAZ, utilizando o algoritmo sha256 é “918c84bb335171d19d653dcb8319234d7c31fa4392af246e68de80ccf9192b0d”.



SEFAZDIC202433745



Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA



Governo do Estado de Mato Grosso  
SEFAZ - Secretaria de Estado de Fazenda  
SARP - Secretaria Adjunta da Receita Pública  
UPER - Unidade de Pesquisa Econômica e Análise da Receita

É a informação.

Cuiabá-MT, 09 de dezembro 2024.

**Israel Kelmo Ramos Runho**

*Assessor Especial II*

*Matr. 319611*

*De acordo*

**Eliezer Pereira da Silva**

*Analista Administrativo - Economista*

*Matr. 137860*

*Chefe da Unidade de Pesquisa Econômica e Análise da Receita UPER/SARP/SEFAZ*



SEFAZD1C202433745